

SESSÕES DO PLENÁRIO

42ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS UBALDINO (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Sales, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão.

Requerimento.

(Lê) “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.202/2015, Projeto de Lei nº 21.203/2015 e o Projeto de Lei nº 21.151/2015, todos de autoria do Poder Executivo.*”

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Expediente despachado pela presidência da Assembleia Legislativa da Bahia.

Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Luiza Maia comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 27/04/2015.

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas Sessões por um período de 05 dias, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Alex da Piatã comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente na Sessão do dia 14/04/2015, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre amigo, companheiro, deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa, galerias, esta Casa, hoje, vai discutir um projeto importante. Está aqui na pauta para ser votado o projeto que reajusta os vencimentos dos servidores públicos. (Palmas.)

Esse projeto que o governo chama de aumento dos servidores públicos não aumenta em nada o salário dos servidores públicos. Esse projeto que vai ser votado hoje é uma pequena reposição da inflação, que não contempla os servidores públicos. (Palmas.) O governo, no seu projeto, indica que vai dar um reajuste a partir do dia 1º de março, de 3,5%, e a partir do dia 1º de novembro de pouco mais de 2,8%, totalizando 6,4%. Mas, se for feita a análise de todos os meses, não vai dar nem 4%, o que mostra que esse aumento não existe, o que mostra que essa reposição não existe. (Palmas.)

E aí fica aqui a minha pergunta para a Bancada do Governo. Admira-me muito os servidores públicos, deputado Hildécio Meireles, do PMDB, deputado Luciano Ribeiro, do DEM, deputado Targino Machado e deputado Herzem Gusmão, me admira muito na semana passada, na última terça-feira, um amplo debate aqui da Oposição, mostrando que não existia aumento dos servidores públicos, e que o aumento era, como diz bem o deputado Luciano Ribeiro, uma pequena reposição da inflação, e me admirou, antes do feriado, eles anunciarem quase 10% de aumento da Embasa, aumentando a tarifa da água.

Como é que o servidor público vai ter um aumento de pouco mais de 6,4%, enquanto a Embasa vai aumentar 10%? Como pode ocorrer isso? (Palmas.)

E aí eu quero aqui deixar uma sugestão, deputado Herzem Gusmão, para a Bancada do Governo: se vai aumentar a água em 10%, por que não aumenta o salário do servidor em 10%? Ou então, há outra sugestão. Se o governo não pode dar esse aumento igual ao aumento da Embasa, por que ele não aumenta a Embasa, até no

máximo 6.4%?

É essa a minha pergunta para o governo. Porque o servidor público não aguenta mais tantos aumentos, não aguenta mais esse aumento da Embasa que vem aí, agora. O servidor público que já sofre com o aumento da energia elétrica. O servidor público que hoje vai no mercado e sente, na feira, que os gêneros alimentícios também estão aumentando. A gasolina aumentou e por que não aumentam o salário do servidor público?

É isso que queria saber, e fica aqui a minha sugestão ao governo do Estado. Fica aqui a minha sugestão, mais uma vez, deputado, seguir a Oposição que fez uma emenda pedindo para que esse aumento fosse retroativo à data base. A data base do servidor público é janeiro e não março.

(As galerias se manifestam.)

Não existe aumento parcelado. Então, fica aqui a emenda à Oposição. Que dê, pelo menos, o reajuste da inflação de 6.4%, mas dê esse reajuste na data base de janeiro, e não parcelado.

Portanto, fica aqui a minha sugestão à Bancada do governo e ao governo do Estado: ou se aumenta o salário do servidor na proporção do aumento da Embasa, em quase 10%, ou então abaixe o aumento da Embasa para os 6,4%. Fica aqui a minha sugestão ao governo do Estado, a minha sugestão à bancada do governo. Vamos discutir esse projeto, vamos discutir de forma clara, porque o servidor público precisa ser valorizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Convido para usar a palavra o nobre amigo e companheiro deputado Joseildo, pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.) Na ausência do deputado Joseildo, ouviremos o deputado, meu amigo e irmão, Zé Raimundo, representando a região de Vitória da Conquista.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, senhores colegas deputados e deputadas, servidores presentes nas Galerias, aqueles que nos assistem nos gabinetes, acho que esse debate sobre reajuste dos servidores públicos da Bahia e do Brasil é um debate que precisa ser levado com muita parcimônia por parte da oposição.

A legítima aspiração dos trabalhadores, dos servidores públicos do Brasil inteiro estão na pauta, especialmente da Bahia, evidentemente. E nós consideramos como um direito natural, um processo natural o debate reivindicatório.

Agora, o que me admira é a oposição que aqui na Bahia é favorável; defende que os servidores tenham reajuste até acima da inflação. Mas, nos seus estados, como no Paraná...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Mas no Paraná o PSDB desce a porrada nos servidores e professores. No Rio de Janeiro não há nenhum horizonte de reajuste. E

na Bahia...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) A lei é aprovada do Plano de Cargos e Salários...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Quero esclarecer que há um orador na tribuna. Manifestações podem ser feitas, podem bater palmas. Agora não se pode interpelar o orador quando ele está com a palavra.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) A reivindicação dos servidores é justa, não é o raciocínio da Oposição que aqui se mostra progressista e democrática e no Paraná desce a porrada nos trabalhadores do serviço público.

Contraditória é a lógica da Oposição que aqui quer que o Estado faça mais investimentos, mas nos Estados onde são governo cortam investimentos da mesma forma, demitem trabalhadores e mais ainda: a Oposição que é a favor da precarização do trabalho, porque votou maciçamente a lei de terceirização, aprovada na Câmara. Precariza e tira direitos dos trabalhadores.

Nós, não! Nós reconhecemos que precisamos avançar, reconhecemos, pautamos e reivindicamos que o governador Rui Costa e todo o seu staff dialoguem com os trabalhadores e procurem a melhor fórmula para garantir no mínimo a reposição da inflação. É isso que está dialogando a Bancada do governo, que tem coragem e coerência em reconhecer os seus limites.

A Oposição, não, aqui defende o paraíso e nos estados deles é um verdadeiro purgatório construído para os servidores públicos, para não dizer um inferno...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- E vocês sabem disso, vocês são lideranças que lêem. Está lá, São Paulo o Estado campeão da dengue, com demissão dos trabalhadores.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado a corajosa posição dos deputados do governo que defendem o diálogo e a reposição no mínimo da inflação. Por isso estamos apoiando os encaminhamentos do governador.

Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Antes de conceder a palavra a minha amiga Neusa Cadore, pelo tempo de até 5 minutos, faz-se necessário conversarmos. É direito de vocês das Galerias Paulo Jackson bater palmas. Agora quando há um orador na tribuna, o Regimento Interno não permite manifestações diretas. Pode bater palmas, fazer o que for, mas para manter uma sequência decente, sem anarquia, com vocês permanecendo aí, peço educadamente que não se manifestem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra a deputada Neusa

Cadore pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores que hoje acompanham a nossa sessão, taquígrafas, a Assembleia Legislativa tem 10 dias para apresentar ao IBGE a atualização dos limites territoriais dos municípios baianos. É um trabalho que vem da outra legislatura, um trabalho realizado conjuntamente com a SEI e a Comissão de Assuntos Territoriais da Assembleia com o objetivo de prestar um serviço importante aos municípios, organizando os limites físicos e geográficos. Isso abrange questões complexas. Abrange o sentimento de pertencimento das pessoas que estão nessas áreas de conflito, abrange a atuação administrativa na prestação de serviços públicos. A maior parte dos limites que estavam pendentes foi definida, mas ainda há discordâncias em algumas cidades. Entre elas, queria me referir, porque tratamos disso hoje de manhã na Comissão de Assuntos Territoriais, à questão dos limites entre Brotas de Macaúbas e Barra do Mendes, nos territórios de Irecê e Velho Chico.

Estou acompanhando o impasse gerado na regularização dos limites entendendo que é preciso dar atenção e respeitar o sentimento de pertencimento dos povoados de Boca das Palmeiras e Santo André, que se sentem pertencentes ao município de Brotas de Macaúbas. E isso foi atestado pela SEI e pelo IBGE.

Trago como exemplo, que acredito importante, que, desde a década de 90, Brotas de Macaúbas mantém escola funcionando no povoado de Santo André, agentes de saúde, como o Sr. José Matias, que está lá desde 97. Digo também que no distrito de Brotas, Boca das Palmeiras, há um ex-vereador, Sr. Neuzo, que foi eleito por três vezes, morador de Boca das Palmeiras e vereador do município de Brotas.

O que ocorre é que a SEI e o IBGE recomendaram que esses dois municípios, por direito, deveriam pertencer ao município de Brotas de Macaúbas. E vejo com espanto que, contrariando a orientação da SEI, há nesta Casa um parecer do deputado Reinaldo Braga sugerindo que esses dois municípios passem a integrar o território de Barra do Mendes.

E aqui quero, de público, protestar contra a atitude omissa, contra o silêncio da prefeita Cristina, prefeita de Barra do Mendes, que não compareceu nos povoados, não deu a oportunidade do diálogo, não ouviu o grito. Porque, na verdade, há uma manifestação desses dois distritos legitimamente reivindicando o seu sentimento de pertencimento à Barra do Mendes. Isso não é uma coisa simples. E quero protestar e dizer aqui nesta Casa que precisamos, a exemplo do que aconteceu com outras divisas, fazer o bom debate, dar voz à população, recuperar na memória desses municípios questões político administrativas importantes. E espero que, na Comissão e aqui no Plenário, tenhamos o devido respeito e consideração com questões como essa.

Hoje definimos, por orientação do nosso Líder, que sem a manifestação expressa, oficial, assinada pelos dois gestores não podemos dar seguimento e definir quem fica com quem.

Então, subo a esta tribuna para cobrar que se respeite minimamente o desejo

da população e que a gestora Cristina assuma, também na condição de representante do município, essa responsabilidade que lhe cabe.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da Imprensa, Galerias, servidores, na semana passada a Oposição, em bloco, posicionou-se contrária à proposta do governo do Estado para o reajuste, que na verdade não é um reajuste, é uma simples reposição. Naquela oportunidade, não me lembro qual foi o colega deputado que representa nesta Casa o governo, teria declarado que a ausência dos trabalhadores nas Galeiras era uma resposta inequívoca ao bom diálogo de Rui Costa com os sindicatos.

No entanto, estamos aqui com a relação de vários sindicatos que estão contra a proposta do governo: APLB, ASBAC, ASDERBA, SINDIFARMA, SINDIMED, SINDSAÚDE, SINSPEB, SINTAGRI, ADUFS, ADUNEB, ADUSC, SINTEST, AFPEB e não vejo aqui a posição da ADUSB, da cidade de Vitória da Conquista, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, não sei por que não se posicionaram.

Gostaria de apelar nesse momento aos deputados governistas que tenham uma posição em defesa daqueles que trabalham, daqueles que honram esse Estado, professores, servidores da saúde, todos os funcionários públicos, militares, é o apelo que faço. Ouvi aqui o professor da UESB, deputado José Raimundo Pontes, de Vitória da Conquista, que foi presidente da ADUSB. E quando foi presidente era implacável com os governadores, cobrava reajustes, era um leão, era valente em defesa do servidor. Ele é professor licenciado, não sei se é aposentado.

Deputado Zé Raimundo, gostaria que V.Ex^a, ao efetuar as críticas feitas aqui à Bancada de Oposição, se posicionasse, parasse de falar do Paraná e viesse para a Bahia defender os servidores. Portanto, nesse dia colocamo-nos à disposição daqueles que trabalham, que lutam e defendem um salário justo, pelo menos um reajuste para compensar o desastre de uma inflação que o PT trouxe com muita força para o Brasil.

Nosso colega, o deputado Carlos Geilson, de Feira de Santana, meu colega do rádio, fez um questionamento perguntando pelos sindicatos. E os sindicatos estão aí, não todos. Gostaria de saber, por curiosidade, por que o SINDETRAN, Sindicato dos Servidores do Detran, é a favor dessa esmola do governo? Gostaria de saber também por que o SINDIPOC, Sindicato dos Policiais Civis, está a favor desse aumento irrisório e insignificante?

Portanto, espero que nesse dia os trabalhadores saiam daqui com a vitória do reconhecimento. E tenham certeza de que todos os deputados de oposição - todos! - fecharão questão contrários a este aumento, esta esmola do governo Rui Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre orador meu amigo, meu irmão e nosso médico deputado Targino Machado, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. das Galerias, Srs. da Imprensa e Srs. Funcionários, chego à tribuna hoje movido por uma vontade sui generis de contar uma história multifacetada em vários momentos nesta tarde, quiçá na noite desta terça-feira. Uma história em quadrinhos, e preciso ser julgado no meu pronunciamento ao final de toda ela contada.

Votarei contra o projeto de lei de autoria do governador da Bahia, Sr. Rui Costa, que busca reajustar os vencimentos dos servidores do Estado. Votarei contra não para agradar a quem quer que seja, muito menos, me desculpem os senhores, os interessados no deslinde deste embate aqui hoje entre governo e Oposição - os próprios servidores estaduais. Não vou desta tribuna jogar para a torcida. Não vou. Não quero e não mereço aplausos, pois esses são fugazes. Mudam, deputado Carlos Geilson. Mudam como as nuvens. E o passado recente me mostrou que eles deveriam fazer parte do cotidiano da Bancada oposicionista, porque é a única que sempre esteve neste Plenário para defender os interesses da Bahia e dos baianos. Mas não! Esses aplausos não acompanham a Oposição até as urnas. Muito pelo contrário. Os senhores sabem do que estou falando.

Notadamente porque creio que ninguém merece aplausos por fazer cumprir a sua obrigação, e estou aqui cumprindo a minha, não quero e dispense os aplausos. Já fui na Legislatura passada ovacionado. Ovacionado. Quando pisava este solo sagrado do Plenário, as Galerias vinham à loucura. Aquilo me trouxe um certo alento, eu achando que estava contribuindo para aquela mudança, uma mudança boa para a Bahia. Mas não foi isso que vi, deputado Carlos Geilson. Estou calejado e sei que o que importa é a capacidade da população de se indignar.

Essa oportunidade foi oferecida à população da Bahia em outubro do ano próximo passado, nas últimas eleições. E o que fez o povo naquela última eleição? O que fez a maioria dos servidores públicos do Estado da Bahia na última eleição? Cumpriram com o seu dever, com a sua consciência. É democrático, é certo. Mas, pelo amor de Deus, a maioria da população elegeu, com o meu voto contrário, os governos do PT!

Chamo a atenção daqueles todos que compõem a maioria dos eleitores baianos para o fato de que a Bahia tem um governador eleito legitimamente, contra o meu voto, agora com um mandato de pouco mais de 120 dias. Este é o governo eleito pela maioria dos Srs. Eleitores deste Estado.

Quem não ouve sossega, deputado-presidente Carlos Ubaldino, ouve coitado.

Os servidores estaduais e a população da Bahia não ouviram o sossega. Agora estão ouvindo o coitado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre orador.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Vocês vão ter de aguardar a próxima oportunidade, que será na próxima eleição, para mudar isso aí.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. TARGINO MACHADO:- Não adianta o aplauso para quem fala a favor. Não adiantam as vaias para quem fala contra. O que importa é que precisamos saber de uma palavra tão cantada em prosa e verso: cidadania. Não é a cidadania...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre orador.

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) um conjunto de direitos. É um conjunto de deveres e direitos. Quem quer direitos tem de exercitar os seus deveres na hora e no tempo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Dando sequência ao Pequeno Expediente, com a palavra o nobre orador deputado representante da região do Baixo Sul, Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Funcionários desta Casa, funcionários públicos presentes às nossas Galerias, Srs. Ouvintes da TV Assembleia, na semana passada, quando foi votada nesta Casa a urgência para o projeto de lei de reajuste dos servidores públicos, alguns deputados da base do governo se deleitavam nesta tribuna dizendo que as Galerias estavam vazias porque tudo foi combinado, tudo foi acertado na mesa-redonda, na mesa de negociação.

Mas hoje nos chega uma relação dos sindicatos que são contra e a favor do reajuste. Por ironia do destino, meu caro deputado Luciano Ribeiro, são 13 os contrários ao reajuste nos moldes que o governo apresentou. Treze sindicatos! E nos parecia, da forma que os nossos colegas deputados da Situação falavam aqui, que naquela mesa-redonda até brindavam o acordo, até tomaram champanhe para brindar o acordão com o funcionário público.

No entanto o que vemos na realidade é totalmente diferente. Estão aqui alguns representantes da classe dos servidores para mostrar a sua insatisfação com o modus operandi que este governo tem usado para tratar a questão dos funcionários públicos. Tenho dito desta tribuna que qualquer governo que se preze tem de eleger prioridades. E qualquer governante tem de entender que o funcionário público, o servidor público é o seu maior patrimônio. Por isso, tem que ser tratado com responsabilidade e dignidade.

Só que não é isso que este projeto de lei faz. Nem reposição salarial ele faz. Se tomarmos aproximadamente a inflação de 6,5%, veremos que o governo oferece

menos do que a inflação para dizer que está reajustando o salário do funcionalismo público. (Palmas!)

Ainda pior, não considera a data-base conforme o Estatuto do Servidor Público, que é janeiro. Joga goela abaixo de todos um reajuste menor do que a inflação. E ainda parcelado, como se fosse possível parcelar no cartão de crédito aquilo que o servidor público tem direito. Ainda mais numa hora em que o próprio governo, como acionista majoritário de uma empresa de economia mista - ela o tem como maior acionista, repito -, reajusta os seus preços levando em consideração o índice de inflação e outros custos apurados para corrigi-los! Então, por que isso não foi levado em consideração no momento em que corrigirá o salário do funcionário público? (Palmas!)

Quero dizer também aos nossos colegas parlamentares da Situação que nós, deputados estaduais baianos, temos de defender os interesses da Bahia. Se no Paraná houve algum problema, porventura, com algum governador de partido aliado da nossa Oposição, não é problema nosso. Não temos a obrigação de concordar com o comportamento de quem quer que seja. Somos responsáveis por nós, temos que preservar os interesses da Bahia! (Palmas!)

Sr. Presidente, para concluir, no curso da tarde poderemos fazer algumas comparações, mas não entre o comportamento deste ou daquele governador, e sim com ações de governo. Teremos esta oportunidade no decorrer da sessão. (Palmas!)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Tenho certeza de que os anseios da população serão atendidos.

Quero agradecer e externar a minha gratidão pelo fato de estar sentando diante de pessoas maravilhosas e educadas que estão reivindicando seus direitos. O clima está bom. Mas não podemos permitir que haja direcionamentos verbais aos oradores. Podem usar cartazes e palmas, porque isso é direito de vocês.

Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, o companheiro e amigo deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. da Imprensa, gostaria de fazer uma saudação especial aos servidores públicos do Estado da Bahia, que nos acompanham nas nossas Galerias e pela TV Assembleia. (Palmas!)

Hoje, Srs. Parlamentares, a verdade vem à tona. Pergunto aos deputados: cadê o acordo do governo estadual com os servidores? Está claro que não existe acordo nenhum, deputado Pablo Barrozo. O que foi dito neste Plenário na semana passada não passa de uma grande mentira! A prova é que os servidores estão aqui. (Palmas!)

Ouvi muito nos quatro primeiros anos do meu primeiro mandato parlamentar, deputado Luciano Ribeiro, principalmente dos deputados mais antigos. Eles falavam

muito, deputado Marcell Moraes, em independência e harmonia dos Poderes. Hoje, a depender do que aconteça nesta sessão, direi que não existe independência de Poderes. Nenhuma! O que vejo com clareza é um Poder Executivo encaminhar um projeto de lei indecente para esta Casa, porque de reajuste não existe nada, nem sequer uma recomposição inflacionária que reajuste os salários dos servidores públicos do Estado da Bahia de acordo com os índices da inflação.

Se este projeto for aprovado nesta terça-feira, vai ficar claro que o nosso Poder Legislativo nada se parece com um Poder independente. (Palmas!)

Srs. Parlamentares, não vejo nesta tarde a base governista se fazer presente a esta sessão plenária - e muito menos à tribuna - para defender o que eles chamam de reajuste. Eu gostaria de chamar a atenção do Líder Zé Neto. Ainda há tempo. Vamos retirar de votação este projeto hoje e sentar a uma mesa para fazer uma negociação decente e justa com os servidores da Bahia. (Palmas!)

A proposta da Oposição é justa e simples, pois usa a data-base do dia 01 de janeiro e pede um reajuste de 6,5%. Esse é o reajuste real. Reajuste de 3,5% em março e 2,8% em novembro não é o reajuste real. E haverá servidores públicos recebendo menos de um salário mínimo, deputado Targino, o que é inconstitucional.

Quero parabenizar a Bancada da Oposição. Somos, sim, menores em número. Mas não fugimos das nossas responsabilidades e obrigações. Somos 19 parlamentares. A base do governo são 44. Eles podem, sim, passar o rolo compressor hoje. Só que ele não será passado em cima dos deputados oposicionistas. Será passado em cima dos servidores públicos estaduais da Bahia. (Palmas!)

O Legislativo deste Estado tem hoje a chance de mostrar, sim, aos servidores e demais cidadãos da nossa Bahia que este é um Poder independente. Mas, para que este Poder dê uma demonstração de independência, é necessário que se tire este projeto da pauta hoje e haja uma rodada de negociação com os sindicatos dos trabalhadores. (Palmas!) Não aqueles representantes ilegítimos que fizeram um acordo imoral com o governo estadual e tentam ser a voz de todos os funcionários públicos do Estado da Bahia.

Volto a fazer um apelo. Vejo aqui apenas cinco deputados governistas, os outros são todos da Oposição. Vamos conversar com o Líder Zé Neto pedindo-lhe que retire o projeto. Mais uma vez faço esse apelo. Vamos retirar este projeto de pauta, conversar com os servidores e encontrar um reajuste justo e digno a quem tanto trabalha para favorecer o nosso Estado. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Irei concluir, Sr. Presidente, dizendo que a Oposição ficará vigilante. Vamos permanecer aqui para discutir, se necessário for, por toda a madrugada até que a base governista se sensibilize por esta causa nobre dos servidores do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre deputado Pablo Barrozo, pelo restante do tempo.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- V.Ex^a será atendido. Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, todos nós aqui, independentemente de sermos do governo ou da Oposição...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Eu lhe concederei assim que terminar, porque o próximo orador terá somente três minutos para encerrar este Pequeno Expediente. Depois V.Ex^a, por gentileza, entra com o pedido.

Agradeço-lhe.

Pelo restante do tempo, de 2 até 3 minutos, com a palavra o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço, Sr. Presidente, e também ao deputado Alex Lima.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, jornalistas, Galerias que se encontram lotadas, agradeço a presença dos servidores públicos do Estado. Prefiro, presidente Carlos Ubaldino, a verdade que me faça chorar à mentira que me faça sorrir.

Hoje, o que define o afastamento do político ou representante - e me coloco nesse caso, pois fui eleito pela população para estar aqui representando-a - do povo é estar ao lado da verdade do lado da mentira, esse governo Rui Costa, o governo do PT de 8 anos e 3 meses vive ao lado da mentira.

O preço da Embasa aumentará agora - mês de junho - em 9,9%, o supermercado está aumentando, os combustíveis estão aumentando, deputado Adolfo Viana. Há aumento em tudo quanto é lugar, você não sabe mais quanto. O servidor público que ganhava R\$ 1.000 não tem condições de, neste ano, com os mesmos R\$ 1.000, comprar as mesmas coisas do ano passado. Em vez de ter um aumento salarial, o governador Rui Costa oferece, deputado Hildécio, uma esmola, uma reposição de 3,4% que vai significar 3,4% no final do ano. Ou seja, quem ganhava R\$ 1.000, vai ganhar, este ano, R\$ 1.034 por mês.

Isso é uma vergonha! O governador tem recursos para gastar R\$ 600.000, nesses primeiros meses do ano, com helicóptero e gasta R\$ 100.000, R\$ 200.000 com os helicópteros da polícia militar. Qual é a prioridade? A polícia militar, a segurança pública ou o passeio dele de helicóptero? Até porque existem casos nos quais realmente há necessidade do governador, representante maior desse Estado, participar, mas não é para tanto.

A polícia militar e a segurança pública estão jogadas. Aqui, quando a gente vem falar da segurança pública, as pessoas, os deputados do governo vêm aqui dizer: “se morre hoje 500, morriam 600 antigamente”. Não é verdade, mais uma mentira, todos sabemos que a segurança pública do Estado da Bahia está acabada, todos

sabemos que a saúde está acabada e o respeito às pessoas também.

Portanto, hoje aqui - onde se discute o reajuste salarial, uma reposição salarial para os médicos, professores e demais funcionários que prestam belíssimos serviços para o nosso Estado -, infelizmente, o governador vem dizer que não tem recursos para isso, mas tem recursos para outras coisas. Infelizmente, o que falta nesse governo é prioridade e planejamento.

Esse é um governo despreparado no qual não tem aumento salarial para vocês, mas sempre tem vaguinha para os apaziguados, para os companheiros, para os pelegos. Infelizmente, a realidade do nosso Estado é essa.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Grande Expediente.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Pela ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, todos queremos debater e é sempre motivo de muita satisfação recebermos visitas a esta Casa Legislativa. Seria importante que essas visitas fossem, inclusive, constantes para nos ajudar a tomar as decisões, a nos posicionarmos com relação aos temas e, então, vejo com bons olhos.

Mas queria pedir à presidência, Sr. Presidente Marcelo Nilo, que assume agora, que evite essa questão das vaias, dos gritos, pois, apesar de V.S^{as} terem o direito amplo de se manifestar, isso prejudica o andamento dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de falar um pouco com vocês das Galerias. Vocês são bem-vindos, fiquem à vontade, vão acompanhar o voto de cada deputado. O voto é aberto, mas gostaria de fazer um pedido: o regimento não permite vaiar deputado, não é uma coisa boa, democracia para vaiar não existe. Quero fazer um pedido a vocês...

Gostaria, inclusive, que os deputados de oposição me ajudassem porque os companheiros que estão nas Galerias são bem-vindos Vou mandar servir água, cafezinho, fiquem à vontade. Mas vaiar deputado...

Eu jamais vou mandar esvaziar as Galerias. Jamais vou mandar fazer isso. Repito mais uma vez, jamais mandarei esvaziar as Galerias.

Agora, quero fazer um pedido, qual seja, não vão os deputados, porque é uma coisa muito ruim estar na Casa do Parlamento e o deputado ser vaiado. Estou fazendo este apelo. Eu estou fazendo um pedido. Vocês vão acompanhar a sessão. O deputado que votar, seja ele A ou B, vocês sabem e criticam. Vocês têm todo o direito a fazer isso. Agora, vaiar a pessoas em sua Casa? Isso, não. Eu faço um apelo.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, Srs. Servidores, o deputado Alex Lima foi muito feliz em sua colocação quando ele pede aos servidores para ajudar os parlamentares a tomar as suas decisões. Vocês, hoje, aqui, são muito importantes para ajudar os deputados do governo a rever a posição deles.

Vocês têm todo o direito de aplaudir os deputados que defendem os interesses de vocês. Estes aplausos são muito importantes. (Palmas.)

Aqueles, que estiverem contra o interesse de vocês, merecem o silêncio de vocês, para podermos respeitar as regras desta Casa.

O deputado Alex Lima, Sr. Presidente, foi muito feliz quando ele disse ser importante a presença dos servidores nas galerias para que eles possam ajudar os parlamentares a decidir. Hoje é muito importante o que vocês estão fazendo aqui, porque vai ajudar os deputados governistas a rever suas posições como a de votar este projeto de forma açodada como está sendo.

Só mais uma vez, deputado Alex Lima, concordando com V.Ex^a, peço aos deputados governistas para rever, junto ao Líder do governo, a possibilidade de se retirar este projeto no dia de hoje para podermos entrar em entendimento com os servidores presentes nas galerias.

Muito obrigado. (Muitas palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Muito obrigado, deputado Adolfo Viana. Eu acho que é isso. Quem quer aplaudir o deputado, bate palmas. Quem não quer aplaudir, vire as costas, faça silêncio. Mas, vaiar, realmente, é uma coisa que não é boa em uma Casa Parlamentar. Faço este pedido a vocês.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de, até, 25 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, funcionários desta Assembleia, imprensa presente, servidores públicos do Estado da Bahia presentes nas galerias, sei que vocês vêm a esta Casa, nesta tarde, demonstrar a sua insatisfação com a atitude do governo que se diz dos trabalhadores.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, ao longo da semana, aqui estamos, nós, da Oposição, como Minoria nesta Casa, a fim de lutar para que os princípios, entendidos por nós como valiosos, prevaleçam.

O primeiro princípio valioso é a independência dos Poderes. Lutamos muito para que esta Casa não se quedasse de joelhos frente à atitude ditatorial do Executivo na pessoa do governador do Estado e para transformar os projetos que, aqui, estão tramitando em regime de urgência. Isso significa a impossibilidade de poder discuti-los e amadurecê-los para, depois, apreciar e votar.

Fomos, como era de se esperar, lamentavelmente, voz vencida ou voto vencido.

No entanto, estes mesmos projetos deveriam, hoje, estar tramitando nas comissões competentes desta Casa para podermos ouvir os servidores e os sindicatos. Por outro lado, o governo, aqui, disse que essas entidades já haviam concordado com os números que eles enviaram a esta Casa.

Mas assim não o quis. Assim, esta Casa, também, não o fez, porque esta Casa preferiu se anular e se entregar ao governo.

Quero, aqui, então, pelo que ouvi até agora dos argumentos dos governistas que aqui estiveram, que aqui vieram e que, aqui, falaram quais seriam eles para que fosse concedido a reposição inflacionária que o governo teima em querer denominar de reajuste salarial.

O primeiro dos argumentos é o de que nós, da Oposição, deputados representantes legitimamente do povo baiano, somos a favor dos servidores públicos da Bahia, mas, por outro lado, somos contra os servidores públicos do Paraná. Os governistas baianos alegam que nós somos a favor de que os governos do Paraná – e sabe-se lá quais – desçam a porrada literalmente, como aqui foi dito, nos servidores e, aqui, queremos apagar os servidores.

Este argumento não existe. Este argumento é inválido. Nós queremos que os servidores públicos do Paraná não sejam violentados como foram, assim como não queremos que os servidores públicos da Bahia sejam violentados como estão sendo.

Vejam, violentar os servidores não é só descer a porrada, o cassetete. Violentar os servidores, também, é negar os seus direitos, negar os seus valores. (Palmas.) A violência, ocorrida no Paraná que reprovamos e não aplaudimos, é a mesma violência que ocorre, agora, na Bahia em relação aos servidores ao serem chantageados e negados os seus direitos.

Inclusive, o governo usou da chantagem mais baixa sob a ameaça de que se concedesse os reajustes desejados pela categoria, esses não seriam pagos.

Sabe o governador que isso é mentira, porque não pagar o direito dos salários dos servidores é motivo para prisão.

Outro argumento do governo, aqui anotei, é o de que a Oposição é a favor da precarização e contra os servidores. Este argumento jamais foi dito aqui nesta Assembleia. Nunca dissemos que somos a favor da precarização. Este debate encontra-se no Congresso Nacional.

Mas o governo da Bahia, sim, é a favor da precarização. Assim está fazendo com a EBDA, atualmente extinta para terceirizar os seus serviços. Assim está fazendo o governo da Bahia com o Derba, uma instituição quase centenária que completará o seu aniversário em 2017. O governo extinguiu essas áreas para terceirizar os seus serviços. Enquanto os outros serviços estão terceirizados neste Estado, este argumento, também, é inválido.

Quanto ao terceiro argumento do governo – anotado aqui para poder assim proceder – é o de que o governo não possui recursos e está dando o que pode; que a Oposição quer jogar para a plateia e conceder aquilo que não pode!

Ora, senhoras e senhores, meus caros deputados, a Oposição, em nenhum momento, jogou para a plateia. A Oposição, em nenhum momento, propôs que o governo concedesse nada mais do que aquilo que ele propagandeou!

E, aqui, quero apresentar o site da Secom – Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia – que estampa a matéria do dia 24/04/2015: “Governo encaminha à ALBA a proposta de reajuste de 6,41% para os servidores.”

O que nós queremos e o que nós propusemos, através de uma emenda a este projeto, é que o governo cumpra o que está na sua propaganda, porque ele anuncia, em seu site, que daria 6,41% de aumento nos vencimentos dos servidores. Mas, no projeto de lei, o governo apresenta um aumento nos vencimentos que não cobre as perdas inflacionárias, pois um aumento de, apenas, 3,1% não corresponde aos fatos e à realidade.

Portanto o governo mente! E a Oposição tem o papel de mostrar que o governo está a mentir.

Eis, portanto, para iniciar aqui: os argumentos do governo estão reduzidos a pó. A isso, se reduzem os seus argumentos.

Senhoras e Senhores, se não bastassem esses argumentos aqui todos, de certa forma, negados, combatidos e reprimidos durante o dia e a noite, sabe-se lá até que horas iremos retornar a esta tribuna para proceder ao debate.

Mas, aqui, quero, apenas, dizer que nós queremos que o governo cumpra a lei, porque o projeto, enviado a esta Casa, é imoral e é ilegal. (Palmas.)

Por que é imoral? Porque o governo anunciou o reajuste de 6,41% e, apenas, concede três vírgula quatro e alguma coisa. Isso é imoral.

Por que é ilegal? Há uma conquista contida no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia e garantido na Constituição Federal sobre a revisão anual dos vencimentos dos servidores. A Constituição Federal assim garante e assim preceitua. Anualmente, há de se haver, obrigatoriamente, a revisão do salário dos servidores públicos.

O art. 258 da lei nº 6.677 de 1994 garante – porque é uma conquista do trabalhador – que esta revisão, chamada data-base, seja feita no mês de janeiro de cada ano. Como quer o governo, este projeto adota o reajuste com data a partir de março e isso não corresponde ao que a referida lei preceitua.

Assim, estaremos, aqui, Srs. Deputados, cometendo uma lesão, extremamente, grave às conquistas dos trabalhadores da atividade pública na Bahia, porque estaremos, automaticamente, revogando o art. 258 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais.

São duas leis ordinárias. Se uma lei foi aprovada, a lei anterior está, automaticamente, revogada. A data-base dos servidores deixa de existir no mês de janeiro! Passa a valer, então, o mês de março! Isso está imbuído no projeto. Isto é uma questão legal! Por isso, entendo ser ilegal, mais uma vez, este projeto proposto

pelo governo do Estado à ALBA. (Palmas.)

Mas, meu caro Hildécio, se não bastasse tudo isso, este é um projeto, acima de tudo, inconstitucional! O art. 7º da Constituição Federal trata dos direitos dos trabalhadores. E nossa Lei Maior é uma Constituição cidadã. Esta Carta trouxe tantos direitos, tantas garantias e cidadanias ao povo brasileiro.

No entanto, o PT, o partido do atual governador, se negou a assinar esta Carta da República, quando a mesma foi promulgada pelo então inigualável e incontestável Ulisses Guimarães. O PT, à época, meu caro Hildécio, se negou a assinar esta Carta!

Mas não é pelo fato de o PT ter-se negado a assinar esta Carta que este partido, agora, pode fazer dela o que quiser ou que o governo pode rasgar a Carta constitucional. Ela foi promulgada. Ela está em vigor. Ela garante, a todo empregado que trabalha para o Estado brasileiro, um salário mínimo fixado por lei, a fim de atender às suas necessidades básicas.

O Sr. Marcell Moraes:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V.Exª está inscrito.

Pois bem, com este projeto de lei encaminhado a esta Casa, o governo fere o art. 7º, IV, da Constituição Federal, pois está inserto, já que foi inserido neste projeto que cerca de 30% dos servidores públicos – número passado por alguns sindicatos – irão receber reajuste abaixo do salário mínimo.

E se nós votarmos a favor de tal projeto, nós estaremos, também, revogando a Constituição Federal em vigor, como se isso fosse possível absurdamente. Nós estaremos permitindo que esta Casa aprove um salário abaixo do salário mínimo, porque tal reajuste salarial irá vigorar para 30% dos servidores públicos do Estado um salário abaixo do mínimo.

Com o aparte o nobre deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Deputado Luciano, quero me associar a V.Exª e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pelo belíssimo pronunciamento.

V.Exª tem total razão. Na verdade, é inadmissível, no século XXI, um reajuste tão insignificante para servidores que tanto dão amor a este Estado. Falo isso com muita propriedade, porque minha mãe é servidora pública. Sei que é uma vergonha o governo dar um aumento de 3,5%, sabendo que a inflação é de 6,41%! (Palmas)

Sr. Governador, é preciso acordar o quanto antes, porque o senhor está assinando a desmoralização dos servidores públicos! Não vamos deixar isso acontecer. (Palmas) Sabemos que somos poucos. Sabemos que somos, apenas, 19 deputados contra a massa dos 40 deputados que votarão a favor.

Mas estaremos, aqui, se possível, até o amanhecer do dia. (Palmas.) Mostraremos ao governador do Estado que os servidores merecem vez e voz. (Palmas.) Não vamos retroceder um milímetro nesta luta! Nós não vamos nos curvar a este governador opressor e reacionário que pensa que está em uma ditadura!

Vamos lutar contra! Vamos pedir, encarecidamente, o aumento nos vencimentos dos servidores públicos, porque é uma vergonha um aumento menor ao

índice inflacionário.. Precisamos de força e união! Além disso, devemos mostrar a toda a Bahia o que este governador está tentando fazer. Mostraremos, também, aos deputados que ousam votar a favor da vergonha deste projeto!

Os servidores estão a favor deste mesmo movimento! E Bahia está de luto!

Todos juntos contra este absurdo!

Muito obrigado. (Muitas palmas.)

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Obrigado, deputado Marcell. O vosso pronunciamento será incorporado ao nosso discurso.

Com o aparte o nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Luciano Ribeiro, lembrei-me do nosso querido ex-deputado Luciano Simões, pois ele está, aqui nesta Casa, muito bem representado pelo atual deputado Luciano Simões Filho.

Parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a e, como sempre, é muito claro em suas colocações.

O deputado José Raimundo falou durante todo tempo que a Oposição nesta Casa tem um posicionamento dúbio, pois apoia as arbitrariedades de políticos ligados à oposição em outros estados da Federação e, aqui, têm um posicionamento diferente.

Quero dizer que quem cometeu os seus erros que pague por eles, seja ele da oposição ou do meu partido ou do seu. Nós não vamos nos coadunar com políticos perversos, com políticos que massacram os servidores (Palmas), independente de eles estarem na Oposição.

A outra questão, o deputado Zé Raimundo diz que apoiamos a terceirização e que tira direitos adquiridos dos trabalhadores. O que tira direitos adquiridos dos trabalhadores são as medidas provisórias que estão sendo analisadas esta semana na Câmara, que muda o seguro-desemprego, o seguro defeso, dificulta as aposentadorias, aí, sim, tiram direitos dos trabalhadores.

O deputado Zé Raimundo tentou aqui maquiagem, tentou, de alguma forma, passar uma mensagem para os servidores que estão presentes e não conseguiu, porque os servidores estão muito bem informados que o governo gastou de forma desmedida, de forma desorientada, desbragadamente na campanha e agora lhe falta recursos para pagar o que é sagrado do trabalhador que é o seu salário, o seu soldo. (Palmas.)

Portanto, é pertinente essa emenda da Oposição quando retroage para o mês de janeiro que é a data-base do servidor, não é o mês de março e sim o mês de janeiro. Portanto, essa emenda deve ser acatada pela Base governista. Além do mais, se for possível, retirar o projeto de pauta para que aprofundemos com as discussões. (Palmas.)

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o pronunciamento do deputado Carlos Geilson e incorporo-o ao nosso pronunciamento.

Concedo um aparte ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Luciano Ribeiro, quero parabenizá-lo e agradecer por estar sendo a voz de todos nós deputados da Oposição que acreditamos, e aí através do seu belíssimo discurso, pontuando de forma enfática as questões mais importantes que envolvem os projetos que estão aqui para serem votados hoje.

Deputado Luciano, semana passada também esteve na pauta a questão do Fundo de Previdência que o governo hoje quer, não sei se imitando o governo federal, fazer uso do Fundo de Previdência dos servidores do Estado, deixando de lado o conselho que é obrigado a fiscalizar. Hoje, para os senhores terem uma ideia, o recurso do Fundo de Previdência dos servidores pode ser usado pelo governo do Estado, investido da maneira como quiser, sem o conselho, que é obrigado a fiscalizar, realmente fiscalizar.

A urgência desse projeto de lei foi votada na semana passada e hoje está na pauta. Mas a ilegalidade, deputado Luciano, que V.Ex^a suscitou, é imprescindível salientarmos isso, porque abre aqui no Estado da Bahia um fato novo que, infelizmente, pode depreciar mais ainda o quadro de servidores públicos.

V.Ex^a falou da ilegalidade desse aumento porque acaba com a data-base, ou seja, ferindo a Constituição. Tocou também num assunto importante: os deputados do governo defendem, hoje, acho que na falta de assunto ou querendo meio que desmistificar esse governo incompetente que está aí do Rui Costa, ficam puxando para aqui o assunto da terceirização que está acontecendo no Congresso Nacional. Em contraponto, o governo está extinguindo a EBDA, o Derba e fazendo terceirização lá. E o pior, vão colocar ONGs. E nós sabemos qual o histórico de ONGS neste nosso País.

Infelizmente, temos aí a missão de defender – e quero dar um recado aqui para os servidores: nós não abriremos mão um milímetro. E gostaríamos de pedir a vocês que visitassem os gabinetes dos deputados, um por um, principalmente os de governo que estão se posicionando a favor desse reajuste pífio, dessa esmola, visitar um por um para mostrar a eles que não é justo, deputado Luciano, que se tenha um aumento, uma esmola, um aumento nesse montante frente ao que está acontecendo.

O deputado Carlos Geilson lembrou bem, isso daí é fruto de uma campanha eleitoral, quando se faz propaganda de tudo. Assim como hoje se roda o Estado da Bahia e roda Salvador vê-se aí “Pacto pela Educação”, e de pacto pela educação não tem nada. Propaganda é bom, dinheiro para propaganda é bom, para o resto não tem.

Estamos com os servidores. Gostaríamos de pedir aos deputados do governo que retiremos de pauta, conversemos e cheguemos a um consenso (Palmas nas galerias) para que o ajuste seja dado conforme o necessário.

Muito obrigado. (Palmas.) (As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Queria avisar as galerias que aqui temos um regramento: podem aplaudir, não há nenhum problema, mas precisamos respeitar o orador, aquele que está falando. Então, vamos evitar essas manifestações

como essa última.

Obrigado.

Retorno a palavra ao orador, com mais um minuto.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Com o aparte o nobre Líder da Oposição, o caríssimo deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Luciano Ribeiro, primeiramente quero parabenizá-lo pelo grande pronunciamento que vem fazendo neste Grande Expediente e dizer-lhe que tivemos o cuidado, hoje, de botar a nossa assessoria para ligar para diversos sindicatos para saber a posição em relação ao projeto de lei encaminhado pelo governo do Estado. É muito bom dizer que a Oposição está fazendo o papel de defesa do servidor. Estamos aqui neste processo porque consultamos as pessoas. Não temos que dizer “amém” a ninguém, porque quem nos elegeu foi o povo e a nossa obrigação é defender a sociedade.

Vou dizer aqui como se posicionam as entidades: A APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia diz que é contra ao projeto, e eu tenho o nome da pessoa que conversou conosco; a ASBAC, Sindicato dos Peritos Criminalísticos do Estado da Bahia disse que era contra; a Asderba, Associação Sindical dos Servidores do Derba, também contra; o Sindetran, do deputado Alex Lima, a favor; o Sindifarma, Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia é contra; o Sindimed, Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia é contra; o Sindipoc, Sindicato dos Policiais Cíveis e Servidores da SSP Bahia é a favor; o Sindsaúde, Sindicato dos Trabalhadores de Saúde do Estado da Bahia é contra; o Sindsefaz, Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia não diz que é contra ou a favor, mas que era insuficiente; o Sinspeb, Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado da Bahia é contra; o Sintagre, Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Área Agrícola é contra; a Adufs, Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana é contra...

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Para concluir, deputado, porque encerrou o tempo do deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Vou concluir, mas peço um pouquinho de tolerância a V.Ex^a.

(...) a Adusb, Associação dos Docentes da Universidade do Sudoeste não se pronunciou; a Adusc, Associação dos Docentes da Universidade de Santa Cruz é contra; o Sintest, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau é contra; a AFPEB, Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia é contra e a Aspra, Associação dos Policiais e Bombeiros Militares também é contra.

Então, nobre Líder Luciano Ribeiro, nós consultamos aqui dezesseis sindicatos: catorze são contra, um disse que era insuficiente e só dois disseram que eram a favor. Então, hoje estamos aqui representando a grande maioria dos servidor público estadual. (Palmas nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a

tem 30 segundos para concluir.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Agradeço o pronunciamento do nosso Líder, Sandro Régis, e quero concluir essa primeira parte do nosso pronunciamento. Outras vezes viremos aqui para então esclarecer que nós, da Oposição, queremos que o governo cumpra o que está no seu site oficial dizendo que o reajuste é de 6,41%.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Conclua, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Queremos que o governo cumpra agora a lei, o Estatuto do Servidor Público, em que a data-base é janeiro, e não permita que o servidor público do Estado da Bahia fira a Constituição e receba menos que o mínimo legal.

Muito obrigado a todos. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Horário das Lideranças Partidárias.

Quero aproveitar este momento em que vamos para o Horário das Lideranças Partidárias pra pedir obviamente aos visitantes desta Casa, a quem recebemos com muito carinho, que aqui respeitemos as divergências. As pessoas aplaudem quem elas acham que está defendendo a tese delas, mas devem respeitar as divergências.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB, para falar ou indicar orador por 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, vai falar pelo tempo de 6 minutos o deputado Alex Lima. E depois, durante 5 minutos, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, amigos das Galerias Paulo Jackson, hoje é um dia muito importante para esta Casa porque trataremos de um segmento tão importante da nossa sociedade, formado por aqueles que nos ajudam a construir o nosso Estado na sua luta diária.

Mas queria chamar a atenção, ao iniciar este debate, para o fato de que muito mais do que um discurso simpático, muito mais do que pegar um bonde andando, presidente Rosemberg, acerca dum tema que mexe com todos... Por que eu lhe pergunto: qual dos 63 deputados desta Casa não acha que o pleito dos servidores, dos funcionários públicos é justo e legítimo? Todos nós deputados trabalhamos diariamente com o intuito de desenvolver o nosso Estado, de modo que cada vez mais os nossos funcionários públicos possam ganhar mais e melhor, deputado Bobô, como vem acontecendo nos últimos oito anos!

Nos oito anos do governo Wagner, o ganho salarial do servidor público do Estado é o maior em todos os tempos. (Vaias!) Queria que V.Ex^a garantisse a minha palavra, inclusive parando de contar o tempo. Então, o que quero dizer às Sras. e Srs. Deputados e a todos que nos ouvem e assistem na TV Assembleia é que esta Casa precisa ter responsabilidade.

Trago, Sr. Presidente Rosemberg, deputado Joseildo Ramos, o relatório da audiência pública sobre o último balanço quadrimestral realizada na Comissão que presido, a de Finanças e Orçamento. No item limite de pessoal - está aqui no último balanço quadrimestral - o Estado da Bahia atingiu 55,23% da Receita Corrente Líquida. Ultrapassamos o limite de alerta, que é de 54%. Estamos próximos do limite prudencial de 57%.

E diz o relatório, deputado Paulo Rangel, que o Art. 19 estabelece que a despesa total com o pessoal nos Estados tem o limite de 60% da Receita Corrente Líquida, não permitindo ultrapassarmos esse índice. E estamos vivendo numa crise que não é brasileira. É mundial.

Tenho também aqui dados do PIB das 10 maiores economias do mundo. A Itália teve PIB negativo, a Rússia teve PIB de menos 0,1% de crescimento, a China cresce a mais de 6%, mas em ritmo muito menor do que nos últimos anos. Portanto, realmente vivemos uma crise mundial que tem impactos e reflexos em nosso País e no nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Alex, só um momento.

Estou pedindo para que as pessoas não interrompam o orador. Esta é uma Casa em que há as diferenças de posição. E isso é natural. Uns defendem uma posição, e outros são contrários. É legítimo, temos de respeitar. Da mesma maneira que respeitamos aqui os aplausos das pessoas, não podemos aceitar que um orador, seja ele do governo ou da Oposição, seja interrompido.

Descontem o tempo do orador.

O Sr. ALEX LIMA:- Quando me refiro à crise internacional... Ora! Quem não sabe que vivemos uma economia globalizada e que isso tem impactos diretos no nosso Brasil e na nossa Bahia?! Então, quando trago a esta Casa dados daquela última audiência pública e da Secretaria da Fazenda sobre o limite de pessoal, é para chamar a atenção de quem não sabe! Quais das Sr^{as} e Srs. Deputados não sabem que o Estado da Bahia tem arrecadado menos neste 2015 do que no ano passado?! É surpresa para algum deputado desta Assembleia?!

Portanto, o que a Oposição nesta Casa quer é que o governador tenha as suas contas rejeitadas e o Estado da Bahia não possa celebrar convênios! É isso que queremos?!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- Está inscrito.

Entendemos esse pleito dos servidores como justo. Mas o que o governador tem feito? S.Ex^a tem se preocupado e dito em cada reunião que prefere discutir o percentual do aumento hoje para não ter de discutir amanhã atraso de salário. Então, não vamos de forma demagógica pegar carona, porque aqui nenhum deputado quer votar contra o servidor. Nenhum deputado desta Casa é contra o servidor. Pelo contrário. Se hoje este governo senta para negociar e tem a aprovação de mais de 10 sindicatos dos trabalhadores, é porque vivemos um novo momento na Bahia. Isso no

passado nunca foi possível, presidente Rosemberg.

É óbvio que vamos ter segmentos importantes como o Sindicato dos Médicos e o dos Servidores da Saúde que não estarão satisfeitos. É óbvio também que teremos insatisfações na APLB. Mas o que não podemos abrir mão é da nossa responsabilidade enquanto parlamentares e de saber qual a legitimidade deste projeto político ao ter dado o maior aumento dos últimos anos ao servidor público na Bahia, porque atualmente, mesmo não sendo responsabilidade desta Casa, deputado Joseildo...

O Estado do Paraná de hoje é a Bahia do passado. E não vamos permitir que isso volte a acontecer. Este processo democrático se iniciou com a vitória do governador Wagner em 2007 e permite, inclusive, que V.Ex^{as} possam protestar e virar as costas para este parlamentar que está aqui falando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Quero pedir às pessoas das Galerias, por gentileza... Já pedi duas vezes. Identifiquei uma das pessoas chamando o deputado de mentiroso e não vou permitir mais isso. A Casa não pode permitir esse tipo de coisa aqui. E não vou discutir com as Galerias. Estou pedindo que as pessoas respeitem os deputados, sejam eles de qualquer partido. Não vou permitir que qualquer deputado seja achincalhado pelas Galerias. O povo pode, mas não pode tudo. O deputado pode, mas não pode tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores que ocupam as Galerias Paulo Jackson, amigos da imprensa, subo a esta tribuna também com o mesmo sentimento do deputado Alex Lima. Todos nós aqui temos um consenso: o funcionalismo público, não só da Bahia, mas também do Brasil, principalmente dos Estados e municípios, mereciam ter uma remuneração bem melhor do que a que tem hoje. Ou melhor, necessitava de um acervo de conquistas sociais, negociadas no mundo do trabalho bem mais avançado do que o que possui hoje.

Temos que reconhecer, Sr. Presidente, que, na chegada do governador Jaques Wagner ao governo, os servidores públicos se encontravam numa situação quase de absoluta penúria. E nós conseguimos acompanhar uma política, obviamente não aquela que os funcionários gostariam que fosse aplicada, mas uma política de valorização do funcionário público, como nunca vimos em nenhum governo passado no Estado da Bahia. E não podemos, neste momento, trazer para esse debate única e exclusivamente o reajuste linear que repassa a inflação. A política de valorização do funcionário público do Estado vai continuar.

Tanto é, Sr. Presidente, que, para o mês de junho, está previsto um reajuste, voltado para uma política de promoção pessoal, só para os funcionários da área da educação, de 8%, que vai significar um acréscimo de 122 milhões de reais na folha de pagamento.

Está previsto também, Sr. Presidente, para os servidores da Segurança Pública um reajuste salarial, voltado para a valorização dos funcionários desse setor, que vai acrescentar em torno de 112 milhões de reais na folha estadual.

O impacto na folha este ano para promoções e progressões de carreiras de servidores, como médicos, enfermeiros, investigadores e analistas e técnicos universitários será de 380 milhões de reais. Se fizermos uma comparação com a política adotada anteriormente, Sr. Presidente, nós vamos notar que só os funcionários de nível superior na área da saúde tiveram entre 2007 e 2014 um reajuste que representou 213,09%, bem superior ao que foi dado aos funcionários entre 1999 e 2006, quando atingiu apenas 54%.

Portanto, Sr. Presidente, eu até concordo com a discordância do funcionário público em relação ao índice que está sendo praticado, mas esse é o possível. E não podemos de forma alguma negar a verdade aqui. Existe, sim, uma política de valorização do funcionalismo público.

Finalizando, quero aqui, neste momento, corrigir o deputado Luciano e dizer que nenhum funcionário, a partir do momento em que venha ser aplicada a segunda parcela do reajuste, vai receber menos que o salário mínimo.

(As Galerias manifestam-se.)

A política de reajuste para os funcionários que ganham salário mínimo será de 8%.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Conclua, deputado Paulo.

O Sr. PAULO RANGEL:- Portanto, essa correção tem de ser feita. Os dados são esses, Sr. Presidente, e contra fatos não existem argumentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Queria pedir à assessoria de segurança da Casa que identificasse... Não vamos tomar nenhuma medida, mas há algumas pessoas – já observei daqui – que ficam achincalhando os deputados. Não são todos. Em todos os lugares há gente mal-educada e gente educada, mas há alguns que estão passando dos limites.

Queria pedir que identificasse, aqueles que forem identificados, quero fazer uma pactuação com o Líder do governo e o Líder da Oposição de que não podemos permitir esse tipo de postura com qualquer deputado, não é só com o deputado que defende uma posição. Os parlamentares não podem ser achincalhados na Casa.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB-PRB-PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Sidelvan Nóbrega e por 6 minutos, o deputado Marcell Moraes.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, estou neste Plenário desde o início da sessão e tenho acompanhado atentamente os pronunciamentos dos deputados.

Recordo-me do início dos trabalhos da legislatura, Líder Sandro Régis, quando subimos a esta tribuna e cobramos do governo do Estado que mandasse a esta Casa o reajuste dos servidores. Lembro-me da reunião a que o secretário compareceu, junto com o deputado Alex, presidente da Comissão de Finanças, e o governo do Estado disse, através do seu secretário, já no mês retrasado, que ainda não havia nenhum estudo de percentual para os servidores do Estado da Bahia.

Isso me causou estranheza, porque a data-base seria no mês de janeiro, nós já estávamos no mês de março, e o governo do Estado não tinha se pronunciado em nada a respeito dos servidores.

E o que causou mais estranheza ainda é que, comentando neste Plenário, nesta tribuna, nós cobramos do governo uma posição, e foi dito que havia uma tal mesa-redonda com todos os sindicatos dos servidores do Estado da Bahia. Isso causou ainda mais estranheza, porque nós, deputados da Oposição, achávamos que os sindicatos da Bahia, dos servidores, estavam comungando dessa espera, dessa negociação.

E hoje o deputado Sandro Régis, muito atento às questões do nosso Estado da Bahia, teve o trabalho da Oposição de fazer essa pesquisa de todos os sindicatos, e nós pudemos ver mais uma mentira, deputado Sandro Régis, do governo do Estado da Bahia. Um governo que diz que começou o seu governo agora. Mas, nós não podemos esquecer, deputado Sandro Régis, que esse governo que está aí é o governo de 08 anos atrás, é o governo em que, hoje, o atual governador Rui Costa participou ativamente, conhecia as finanças do Estado, conhecia toda a máquina do Estado e sabia muito bem que não poderia trazer um aumento que seria justo aos servidores. E vem para cá com esse aumento, que é um aumento que nós não podemos nem chamar de aumento, porque não repõe nem a inflação acumulada durante o período anual.

E isso me causa estranheza, Sr. Presidente, porque hoje nós subimos a esta Tribuna e vemos os deputados, que são de Situação, do governo, todos calados, todos calados contra os servidores do Estado da Bahia.

Mas, quero dizer a V.Ex^{as}, servidores que aqui estão, nós vamos continuar cobrando do governo do Estado que retire esse projeto, (palmas), porque está provado aqui hoje que não houve nenhum acordo com nenhum sindicato, que não houve negociação com nenhum servidor público do Estado da Bahia. O que nós queremos é

que se abra a negociação e que se diga a verdade ao povo baiano, que se diga a verdade que nenhum sindicato foi consultado, que nenhum sindicato sentou à Mesa para negociar com o governo do Estado que está aí.

Porquanto, nós vamos estar aqui atentos e cobrar dos deputados, do Líder do governo, deputado Zé Neto e de todos os deputados que hoje fazem parte da base do governo que retirem esse aumento, que não é um aumento, na verdade isso causa prejuízo ao servidor público do nosso Estado.

(Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes por até 6 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, servidores, boa-tarde.

Venho aqui nesta tarde de hoje mostrar a nossa indignação com o governo do Estado. Olhem, fazendo uma conta simples aqui, o governo vem a esta Casa com um projeto, primeiro dizendo que ouviu a maioria dos servidores, o que é uma inverdade, porque os servidores estão aqui contra esse reajuste (palmas); segundo, Sr. Presidente, sabemos, numa conta simples, que o aumento, o reajuste, entre aspas, - porque isso não é reajuste - que o governo do Estado quer dar, é de 3,5%. Veja bem, depois o governo do Estado vem com uma proposta de em novembro colocar mais 2,81%. Aí eu somei o primeiro reajuste, 2,81% com o segundo, 3,5%, dá exatamente 6,33%, e a inflação do ano deu 6,41% .

Não entra na minha cabeça, deputado Adolfo Viana, que reajuste é esse, que é menos que a inflação, não entra na minha cabeça que o governo quer pagar, de março a novembro menos de um salário mínimo a centenas de servidores. Não entra na minha cabeça que esse governo, que se diz moralista, que está aí no poder há 08 anos, dá as costas para os servidores.

Mas, ontem eu falei:- muito me admira o governador que mora no Zoológico e não está cuidando do próprio Zoológico, do próprio quintal da casa dele, imagine do que ele vai cuidar. (Palmas.) O Jardim Zoológico está aí, uma vergonha.

É preciso que o governador alerte para as questões da saúde, da segurança pública, dos animais.

A Bahia, precisamos, de fato, estar aqui junto aos deputados cobrando que esse projeto não seja votado hoje. Vamos ficar aqui até o outro dia se for possível. Mas não devemos retroceder nesta luta, porque, a partir do momento que este projeto for votado aqui, será uma desmoralização, não só com os servidores. Será uma desmoralização com nós, deputados, que não queremos que este projeto seja votado.

Ouvi aqui alguns discursos e aí o governo disse, nobre Líder da Oposição, Sandro Régis, que teve consenso. Qual o consenso? Quem foi que o governo ouviu,

já que os servidores estão aqui, já que o Líder Sandro apresentou que de 20 sindicatos, pelo menos 19 são contra esse aumento? Não devemos abaixar, não devemos retroceder porque isso pode ser precedente a outros pequenos aumentos.

Porque o que o governo está tentando fazer é enganar a população, é enganar os servidores e falo isso com muita propriedade, porque minha mãe é servidora e sei que os servidores merecem respeito e não merecem ser tratados como o governador está tratando. Já chega o que o ex-governador Wagner fez durante 8 anos. Já basta Wagner. Agora vem Rui Costa?

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELL MORAES:- Vou passar a palavra para o deputado Adolfo Viana, mas quero dizer o seguinte: se o governador não está conseguindo cuidar do seu próprio quintal, imagine o quintal dos outros.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Marcell Moraes, eu queria parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento. Dizer que hoje, pela primeira vez no governo de Rui, eu vejo a base governista envergonhada. Aqueles deputados que vinham para a Assembleia, chegavam cedo para discursar, hoje se omitem de usar a tribuna. Não se fazem presentes no plenário porque estão envergonhados com o projeto que vão apreciar na tarde de hoje.

E vou além, deputado Marcell Moraes. Eu já afirmei desta tribuna que a Presidente Dilma Roussef cometeu um estelionato eleitoral. Ela se elegeu enganando o povo brasileiro, dizendo que a energia estava controlada, que a gasolina estava controlada, que os impostos iriam ser reduzidos e me parece que isso está virando uma prática de todo PT.

Quiseram, na semana passada, enganar os deputados da Oposição, dizendo que havia um acordo com os servidores públicos. A verdade é que isso é uma outra mentira do Partido dos Trabalhadores e quem vai pagar o preço dessa mentira absurda são os pais e mães de famílias que tanto servem ao Estado da Bahia.

Por isso, volto a pedir aos deputados da Base do Governo que retirem o projeto para que a gente possa encontrar um caminho justo para os servidores do Estado da Bahia. Parabéns, deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Obrigado, deputado Adolfo.

Eu quero me associar a V.Ex^a e quero também pedir, encarecidamente, que os nobres deputados atuantes do governo, deputados que tiveram voto dos servidores, que retirem o projeto, que não votem, deputado Gika, que não apareçam aqui no plenário para a gente não votar essa vergonha que é esse reajuste.

Não devemos retroceder e não vamos deixar. Precisamos mostrar a toda sociedade o que é que este governo está tentando fazer com os servidores, este governo que está mentindo a todo momento, dizendo que fez acordo, que tem a maioria do sindicato. Mostramos que é mais uma mentira, mais uma inverdade desse governo do PT, que não se cansa de mentir e enganar a população.

Nós precisamos estar unidos aqui nesta tarde, nessa noite, nessa madrugada,

para mostrar ao governo que não devemos retroceder e vamos mostrar ao governador Rui Costa que ele precisa respeitar a população.

Saudações ecológicas e estamos juntos. Governador, respeite a população da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Rogério Andrade pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria desta tribuna, hoje, de dizer que temos a satisfação de receber nas Galerias os servidores públicos do Estado e os recebemos com muito prazer. Gostaria de fazer algumas ponderações, nobre deputado Sandro Régis, assim como fiz semana passada. Todos nós sabemos, e muito bem narrou o deputado Alex Lima, das dificuldades que o nosso país vem enfrentando. É do conhecimento de todos.

O que fez o governador Rui Costa, antes mesmo de se eleger? Diferentemente de outros estados da federação, antevendo as dificuldades pelas quais o país passaria, o governador mandou para esta Casa e nós aprovamos um projeto de reforma administrativa, cortando na própria carne. Não criou secretaria para agregar partidos políticos, não criou diretorias e superintendências para trazer e encorpar parlamentares em sua base política. O que fez o governador Rui Costa? Mandou a reforma administrativa que representará uma economia de mais de 200 milhões de reais aos cofres públicos estaduais em 2015.

Não estamos aqui a dizer, nobre deputado Alex, que não são justas as reivindicações dos funcionários públicos do Estado da Bahia. Não estamos aqui a dizer que não são justas as reivindicações dos funcionários públicos do Estado de São Paulo. Não estamos aqui a dizer que não são justas as reivindicações dos funcionários públicos da Capital Federal, Brasília. Não estamos aqui a dizer que não são justas as reivindicações dos funcionários públicos do Estado do Paraná. São justas! Mas ao contrário do que fez o governador do Estado de São Paulo, governador por três mandatos, e os funcionários estão há 65 dias em greve e querem um reajuste de 75%, o governador diz: reajuste zero em São Paulo. Nem reajuste nem reposição inflacionária.

Ao contrário do que fez o governador do Estado do Paraná, do partido do PSDB, do Líder Adolfo. No Paraná, o governador meteu a mão na previdência dos funcionários públicos tirando direito dos funcionários para equilibrar as contas do Estado que ele mesmo afundou. Ao contrário do que fez o governador de Brasília, que deu apenas uma reposição de 5%.

Aqui na Bahia, neste Estado nordestino, com tanta dificuldade que passa, um

Estado da dimensão da Bahia, o governador Rui Costa avançou. Gostaria de ter feito muito mais, gostaria de ter mandado para esta Casa um reajuste muito mais robusto, mais significativo. Mas, ao contrário do que os outros governadores fizeram, ele mandou um reajuste possível para este Parlamento, mantendo o compromisso do ajuste linear, mantendo o piso nacional do Magistério, mantendo o compromisso com a reposição inflacionária, bem verdade, deputado Sandro Régis, que em duas etapas, mas mantendo o compromisso da reposição inflacionária quando propõe um reajuste de 2.9 para novembro e 3.5 retroativo a 1º de março.

E o governador Rui Costa vai além.

Nobre presidente, gostaria, se V.Exª e o Líder me permitirem, que possa concluir meu pronunciamento adentrando no tempo do próximo orador.

O Sr. Paulo Rangel:- Pois não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Tudo bem, deputado.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Muito obrigado, presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Exª me concede um aparte, deputado Rogério?

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- V.Exª está inscrito, nobre deputado Adolfo.

O governador Rui Costa, além da reposição inflacionária - volto a dizer, bem verdade que em duas partes - conseguiu e garantiu para novembro mais 2.43 de ganho real.

O Sr. Alex Lima:- V.Exª me concede um aparte, deputado?

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- V.Exª também está inscrito, nobre deputado Alex Lima.

Além disso, o governador Rui Costa, com toda dificuldade, mantém os compromissos e os acordos setoriais. Vejam a GAP 5 das polícias civil e militar. Com a GAP 5, a Polícia Militar terá um ganho nominal de 8.3 a 11.74; a Polícia Civil, com a GAP 4, terá um ganho nominal de 9.5 a 16.8. Os ganhos específicos com cada categoria. Quero assim...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pessoal, estão passando dos limites. Tem um rapaz aí, que já identifiquei, que toda hora chama os deputados de mentirosos, e não podemos permitir isso aqui.

Queria que os nossos servidores que estão aí identificassem essa pessoa que tem sistematicamente chamado os deputados de mentirosos. Nós não vamos permitir isso aqui. Identificando, vou pedir para retirar essa pessoa.

(Tumulto nas Galerias.)

O Sr. Sandro Régis:- Não, não, não, então vai ter que passar por cima da gente. Não vai retirar ninguém. Vão ter que passar por cima da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pedi para identificar, se a pessoa continuar fazendo esse destrato aos deputados, pedirei, sim, se continuar. Oriente as pessoas que V.Exª convidou...

O Sr. Sandro Régis:- Nesta Casa, o servidor sempre foi respeitado, ninguém nunca tocou a mão.

(Tumulto nas Galerias.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Sandro Régis, por gentileza, aqui todos têm o direito de se manifestar aplaudindo as pessoas, mas não vou permitir... Peço a V.Ex^a que nos ajude nessa questão para que as pessoas não sejam acintosas com os deputados. Concorde, deputado Sandro Régis? Não podemos permitir isso aqui. Não vou permitir palavras acintosas aos deputados, seja qualquer deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Quero aqui fazer um apelo em nome dos deputados que vocês se manifestem, mas não pode agredir o deputado, não pode vaiar, não pode xingar. Se o deputado estiver fazendo um discurso e não for do acordo de vocês, deem as costas, não escutem. Porque a tribuna é soberana e o deputado tem o direito de fazer seu discurso. Mas, ao mesmo tempo, a Bancada de Oposição não vai permitir que ninguém sequer toque o dedo em nenhum dos senhores.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Respeito todos os deputados aqui, desde que o plenário respeite os deputados. Estamos combinados. Por gentileza, o deputado Rogério Andrade vai continuar o seu pronunciamento.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Agradeço, Sr. Presidente, e ao mesmo tempo chamo a atenção, meu caro amigo Robério, grande deputado, meu colega de partido, meu caro amigo Carlos Ubaldino, deputado de vários mandatos nesta Casa, o qual tenho a honra de ser colega de partido, como as coisas estão evoluídas.

Fico feliz! Vejo o deputado, educadamente, Líder de Oposição Sandro Régis pedir que seja respeitado aqui o Regimento, como vejo diferente de outros momentos. Aqui não tem a Polícia Militar para agredir os manifestantes, aqui não tem o que houve no Estado do Paraná. Eu iria inclusive dar entrada numa moção. Tenho certeza que aprovaríamos uma moção de repúdio pela forma como o governador do Paraná tratou o funcionalismo público daquele Estado. Aqui, graças a Deus, a cada hora que passa, vemos o espírito democrático, a democracia mais amadurecida. E agradeço, deputado de Oposição, deputado Sandro Régis, em muitos momento estivemos do mesmo lado e defendendo os mesmos ideais: a governabilidade. Em muitos momentos estivemos juntos lutando pelo Estado, pelos municípios que representamos muito bem. Aqui estamos há 4 mandatos por conta do nosso trabalho, lutamos juntos para manter a governabilidade do Estado.

É muito fácil chegar nesta tribuna e fazer o discurso de oposição, inclusive a Oposição está no seu papel de vir aqui e se posicionar, fazer um discurso, que é o papel da oposição. Cabe a todos nós termos a responsabilidade suficiente para garantirmos que o governador Rui, que começa agora o seu mandato, tenha condição de concluir e tirar do papel todos os seus projetos, tudo aquilo que ele sonha em colocar em prática nesse Estado, todos os compromissos que ele fez em campanha. E para que ele possa resgatar os seus compromissos, colocar em prática os seus projetos para fazer da Bahia um Estado cada vez melhor, é importante que tenhamos a

responsabilidade de mantermos o equilíbrio fiscal do Estado da Bahia. Sei que não é o caso do Líder da Oposição, alguns querem, no fundo, que o governador faça o que ele tem vontade de fazer, mas não pode fazer; mas alguns torcem para ver o governador aumentar o custeio a ponto de não ter condição nenhuma de investir na saúde, na educação, na infraestrutura, há alguns que torcem por isso, sei que tem. Mas tenho certeza que a maioria dos deputados que aqui estão, que representam também a maioria do povo da Bahia, tenham responsabilidade e irão aprovar o reajuste que o governador manda para esta Casa, que é o que foi possível para esse ano. Tenho certeza que no ano que vem haveremos aqui de aprovar um reajuste muito mais significativo para os funcionários que tanto merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, é para esclarecer ao nobre Líder Rogério Andrade, pois ele me citou e eu tenho direito à resposta.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Qual é a questão de ordem? Pode falar.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de fazer um esclarecimento ao deputado Rogério Andrade. O partido dele, PSD, é da base do governador Beto Richa e, por isso, recebeu uma secretária estadual no Paraná. Logo, o partido dele está aliado ao governador Beto Richa do Paraná. Mas quero dizer a V.Ex^a que V.Ex^a não foi eleito pelo Paraná. V.Ex^a tem deveres para com estes servidores e não para com os servidores do Paraná... (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado, isso não é uma questão de ordem. Deputado Adolfo, isso não é uma questão de ordem.

O Sr. Rogério Andrade:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) o deputado cita ele...

Sr. Presidente, esclarecido isso, eu finalizo a minha questão de ordem e ouço, com prazer, a questão de ordem do deputado Rogério Andrade.

O Sr. Rogério Andrade:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Darei a questão de ordem, pelo mesmo tempo 2 minutos utilizados pelo deputado Adolfo Viana, para o deputado Rogério Andrade, a fim de que ele faça a réplica.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção de V.Ex^a para a condução dos trabalhos no dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Estou fazendo.

O Sr. Adolfo Viana:- Pois o tema que nós temos hoje é importante. E nós não

somos a Câmara Federal. Nós somos a Assembleia da Bahia com os problemas da Bahia e eles devem ser discutidos no Estado da Bahia.

(As galerias se manifestam efusivamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Concedo uma questão de ordem, durante dois minutos e meio, ao deputado Rogério Andrade para fazer a réplica.

O Sr. Rogério Andrade:- Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a a concessão da questão de ordem.

Quero dizer que tenho um apreço muito grande pelo deputado Adolfo Viana. Em momento nenhum em meu pronunciamento, eu citei o deputado Adolfo. Eu falei apenas que o governador do partido que ele representa agiu de modo diferente. Quanto a isso, todo o Brasil acompanhou. O povo brasileiro ficou atônito e acompanhou os eventos. Mandaram a Polícia Militar agredir os funcionários públicos. Isso, todo o Brasil sabe. O caso foi tão evidente a ponto de o presidente do PSDB do Estado ter emitido uma nota se posicionando contrário à atitude do governador.

Em momento algum, eu destratei meu colega, pois eu o admiro muito e reconheço que ele faz um trabalho importante aqui nesta Casa. Na verdade, este é o contraponto. O trabalho da Oposição é importante e é salutar. Quero dizer simplesmente que tenho um apreço muito grande por V.Ex^a.

Mas V.Ex^a tem de respeitar o nosso direito de manifestar as nossas ideias e usar da tribuna, porque assim a Constituição do Estado da Bahia nos garante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falarão, por 5 minutos, o deputado Adolfo Viana e, por 6 minutos, o deputado Targino Machado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Adolfo, como esta é uma sessão com um tema instigante, gostaria de pedir a ponderação dos deputados, a fim de evitar citações aos colegas.

Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de dizer ao deputado Rogério Andrade que, também, tenho muito apreço por ele. Mas se V.Ex^a, deputado Rogério, se sentiu ofendido com as minhas palavras, eu lhe peço desculpas.

No entanto, só coloquei que o partido de V.Ex^a é aliado do PSDB no Paraná. Obviamente, já disse, nós não acataremos nenhuma atitude de violência. E, por esse motivo, peço a V.Ex^a e aos demais membros da Base do governo perceber a violência que estão cometendo nesta tarde contra os servidores do Estado da Bahia.

Aqui, a violência começou com inverdades na semana passada quando o Líder da Base do governo perceber a violência que estão cometendo nesta tarde contra os servidores do Estado da Bahia.

Aqui, a violência começou com inverdades na semana passada quando o Líder da Base do governo afirmava existir o consenso entre o governo e os servidores públicos. Se, naquele momento, uma parte da Base governista votou pela urgência entendendo haver um consenso, está claro, hoje, que não existe consenso algum!

E, aí, convido os parlamentares da Base do Governo a fazer conosco uma reflexão. Se foi votada a urgência pensando haver o consenso, está claro que não existe consenso. Vamos retirar o projeto da pauta e entrar em diálogo com os servidores para encontrarmos um consenso. Isso é simples, é muito simples.

(As galerias se manifestam efusivamente.)

Reafirmo que nós parlamentares podemos sair hoje deste Plenário elevando o Poder Legislativo. Este é um Poder, sim, que deve ser independente. Se retirarmos este projeto da pauta hoje e encontrarmos um modelo que atenda aos servidores e também ao governo do Estado, estaremos fortalecendo o Poder Legislativo.

Agora, se a ampla Base do governo, com 44 parlamentares, simplesmente, aprovar este projeto para servir ao governador Rui Costa, nós estaremos, aí, agachando o Poder Legislativo. Não existe independência entre os Poderes se votarmos este projeto da maneira que, aí, está.

Deputado Gika, V.Ex^a é um deputado de tantas lutas e vai dar 3,5% para estes pais e estas mães de família? Eu tenho certeza de que se V.Ex^a colocar a cabeça no travesseiro para dormir hoje à noite votando a favor deste reajuste salarial, V.Ex^a terá um pesadelo (palmas) juntamente aos deputados que acompanharem este mesmo voto favorável a este projeto. (Palmas)

Os servidores estão nas galerias e em todas as partes da Assembleia procurando chamar a atenção de cada deputado que dará o seu voto na tarde de hoje. É razoável sim! Vamos retirar o projeto da pauta. Vamos entrar em diálogo com os servidores. Isso, no mínimo, é o que os servidores públicos do Estado da Bahia esperam de uma Assembleia Legislativa, pois eles esperam que a mesma seja independente. (Palmas)

O secretário da Fazenda veio à comissão desta Assembleia. Ele afirmou que o governo Jaques Wagner entregou os cofres da Secretaria da Fazenda ao governador Rui Costa com mais de R\$ 4,5 bilhões em caixa!

Nós não podemos acreditar que, em pouco mais de 100 dias, o atual governador tenha quebrado o Estado da Bahia! (Muitas palmas) O atual governador, junto ao seu secretariado, precisa definir, exatamente, quais são as prioridades deste governo!

Um Estado, como a Bahia, é um dos mais violentos do Brasil. A saúde pública é vergonhosa e está na UTI. A educação não avança!

Quais são as prioridades deste governo? Não existe prioridade neste governo! Isso não é possível.

Precisamos ter a grandeza, Srs. Parlamentares, de mostrar a independência deste Poder na tarde de hoje ao respeitar estes pais e estas mães de família que tanto

contribuem para este Estado avançar.

Vejo colegas, como o deputado Rogério Andrade, meu amigo, constrangidos ao subir a esta tribuna. O Líder do Partido tem de fazer a defesa do governo assim como o meu amigo Alex Lima e os deputados do Partido dos Trabalhadores.

Mas percebam que a Base do governo é composta por 44 parlamentares! E eu, aqui, posso contar: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8... Conto, apenas, 9 parlamentares governistas presentes neste Plenário, porque os outros estão envergonhados com este projeto que não atende aos anseios dos servidores públicos do Estado da Bahia!

(As galerias se manifestam efusivamente.)

Sr. Presidente, irei concluir. Peço a V.Ex^a usar de sua influência como Líder do Partido dos Trabalhadores para ajudar os servidores públicos do Estado da Bahia. Sr. Presidente, nos ajude a retirar este projeto da pauta hoje para nós encontrarmos um caminho justo para os servidores públicos do Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 6 minutos.

O coração está bem, não é, deputado?

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. TARGINO MACHADO:- O coração está bem, Sr. Presidente. Muito bem.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem...

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, gostaria de não ser interrompido nem por questão de ordem, a não ser que... Quem propõe a questão de ordem decline em qual dispositivo do Regimento Interno se baseia.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- O.K. Continue com a palavra, por gentileza.

Retornem o tempo de 6 minutos para o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. das Galerias Paulo Jackson, Srs. Funcionários, gostaria de me dirigir a V.Ex^a, Sr. Presidente, e dizer-lhe que tenho por V.Ex^a o maior apreço, respeito e admiração. Mas não reconheço em V.Ex^a equilíbrio, tranquilidade e isenção para dirigir esta sessão neste dia. (Muitas palmas)

O presidente da Casa ou o presidente da sessão tem de ser alguém que, como magistrado nesta Casa, esteja com o seu comportamento norteado pelos princípios que falei, quais sejam, os princípios da isenção, do equilíbrio e da tranquilidade. Eu não reconheço em V.Ex^a, como Líder do PT, pelo menos, isenção, equilíbrio e tranquilidade para tocar esta sessão.

Gostaria de pedir a V.Ex^a que, no momento de grandeza, se julgasse impedido

de estar sentado onde está e que solicitasse sua substituição a qualquer um dos deputados eleitos para a Mesa Diretora desta Casa.

No Plenário, existem exemplares de deputados membros da Mesa Diretora e eles poderiam substituir V.Ex^a neste mister; que não deveria ter V.Ex^a por ser Líder do PT, defensor do projeto do governo. V.Ex^a não deveria estar aí. (Palmas)

Eu quero e vou suspender a minha fala para aguardar o posicionamento de grandeza e de respeito de V.Ex^a pelo Parlamento. Não sei se há algum deputado do governo que faça parte da Mesa Diretora aqui. Mas se não tiver, existe o deputado Tom Araújo que é membro da Mesa Diretora. Eu não posso, melhor, não me sinto à vontade para fazer um pronunciamento, neste momento, com V.Ex^a dirigindo os trabalhos desta Casa. Eu peço que seja recomposta a direção dos trabalhos desta Casa para que eu possa continuar a minha fala. (Palmas)

Deputado Tom Araújo, V.Ex^a me pediu voto. Eu não votei no deputado Rosemberg Pinto para membro desta Mesa, até porque ele mesmo não votou nele, porque se ausentou do processo. Foi como eu disse: galo que fugiu da rinha. Portanto, ele não levou adiante o processo de sucessão da Mesa Diretora. Poderia ter combatido a boa luta e ter sustentado a candidatura de V.Ex^a contra a candidatura do deputado Marcelo Nilo, mesmo sabendo que perderia. Uma disputa pressupõe a vitória e a derrota. Nós precisamos estar preparados para uma coisa ou outra; ou então, não participa do jogo político.

Acho que está prejudicada a continuidade desta sessão pela presença do Líder do PT, partido do governo, presidindo esta sessão. Desculpe-me, deputado Rosemberg Pinto. (Palmas) V.Ex^a já demonstrou, na tarde de hoje, não ter tranquilidade e equilíbrio.

Eu fui forjado! Cheguei a esta Casa em meu primeiro mandato em 1995. Fiz política junto com o PT, repito, junto com o PT! Não sei onde estava V.Ex^a àquela época. Agora, eu contribuí. E faço minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa. Eu contribuí, porque eu acreditava no PT com a minha caminhada. Eu contribuí para que o PT chegasse ao poder.

Agora, que desencanto! Eu que tanto combati o ex-senador e ex-governador Antonio Carlos Magalhães! Eu que tive um sonho maravilhoso de poder sobreviver, como político na Bahia, para ver como era fazer política na Bahia sem Antonio Carlos Magalhães, conhecido como Toinho Malvadeza! E ele, quando não teve o que fazer contra mim, mandou fechar a entrada de um posto de gasolina de minha propriedade na avenida Antônio Carlos Magalhães. E que tristeza tenho hoje em saber que tantos como eu, que combateram Antônio Carlos Magalhães, estão com saudade, porque as desgraças que elegemos (palmas.) e que colocamos no poder conseguiram ser ainda piores que o senador Antônio Carlos Magalhães.

Eu posso apontar o dedo contra Antônio Carlos Magalhães e apontar todos os defeitos, mas não posso nem ninguém pode dizer que o ex-governador, ex-senador Antônio Carlos Magalhães, que já se foi, não era coerente. Ele sempre foi coerente, até quando esteve até o fim apoiando Fernando Collor de Melo, quando o Brasil

inteiro estava contra.

V.Ex^a, se não tem outra coisa para aprender com Antônio Carlos Magalhães, precisa aprender as lições de coerência, porque V.Ex^a não está sendo razoável nem coerente querendo sustentar-se numa sessão como esta à frente dos trabalhos desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel. Depois, questão de ordem do deputado Targino Machado .

O Sr. Paulo Rangel:- Peço essa questão de ordem para fazer justiça a V.Ex^a, Sr. Presidente. V.Ex^a assumiu a Mesa em virtude de nenhum outro deputado, inclusive que pertença à Mesa desta Casa, se dispor. Isso não fere o Regimento Interno de forma alguma. Seria uma deselegância muito grande se algum deputado o substituísse no momento em que o deputado Targino Machado fazia sua colocação. Isso nunca houve nesta Casa. Mas acho de bom alvitre que alguém se disponha. Para compor a Mesa tem que saber que essa responsabilidade faz parte de seu papel. V.Ex^a aí sentou em razão de ninguém se dispor, e até em respeito aos funcionários que aí estão.

Esse plenário tem que ter continuidade. Em nenhum momento V.Ex^a usurpou esse papel de qualquer deputado. Se tiver algum deputado como líder do governo que pertence à Mesa desta Casa querendo assumir, que o faça.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Targino Machado, questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, como disse, nada contra a figura do deputado Rosemberg Pinto. Em nenhum momento, deputado Paulo Rangel, e não posso dirigir a minha questão de ordem a V.Ex^a porque regimentalmente tenho que fazê-lo ao presidente, em nenhum momento ninguém foi convidado da Mesa. Estou no plenário desde 14:15h, daqui não me ausentei. Sou suplente, em nenhum momento ninguém foi convidado para assumir a Mesa.

Quero lançar um repto a V.Ex^a. V.Ex^a é grande. Eu aposto na envergadura, na estatura pessoal de V.Ex^a; aposto na envergadura moral de V.Ex^a. Tenho certeza de que V.Ex^a conhece como poucos a Constituição da República e os seu princípios. Um desses princípios é o da razoabilidade, e V.Ex^a, na condição de Líder do PT, querer presidir esta sessão é, pelo menos, irrazoável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- No que diz respeito à questão de ordem de V.Ex^a, primeiro, quero dizer que cabe um esclarecimento para o Plenário. V.Ex^a levantou esse ponto, e eu fiz questão de não interferir na vossa explanação. Primeiro, o deputado Marcelo Nilo estava presidindo a sessão, mas ele teve de ir ao seu gabinete e fazer um atendimento. Eu estava aqui, e ele me pediu. V.Ex^a não estava presente...

O Sr. Targino Machado:- Eu estava aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Targino Machado, eu ouvi V.Ex^a. Quero dizer-lhe o seguinte: para mim é sempre uma honra poder ajudar na condução dos trabalhos. Eu o fiz aqui de forma a evitar... Chamo o testemunho tanto do Líder da Oposição, quanto do Líder do governo, se em algum momento fui tendencioso para uma posição ou para outra. Aqui agi de uma forma extremamente imparcial.

É natural! O deputado Tom Araújo é vice-presidente da Casa, mas ele não estava presente, naquele momento. Quero convidar o deputado Tom Araújo para assumir a presidência da sessão, até porque irei interferir, porque estou inscrito para falar. (Palmas) chamo o deputado Tom Araújo.

Quero dizer, deputado Targino Machado, que agi imparcialmente, respeitando o Regimento Interno da Casa, como sempre fiz. Não fere o Regimento Interno qualquer dos deputados presidir a sessão, desde que, no momento, não queira ou não esteja presente um representante da Mesa Diretora da Casa.

Quero chamar o deputado Tom Araújo para assumir a presidência dos trabalhos. Agradeço a intervenção do deputado Sandro Régis, que validou esse posicionamento de imparcialidade que aqui tive.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, quero só me justificar para o deputado Targino Machado.

No mandato passado, eu estava presidindo a sessão, na condição de vice-presidente, e, não sei por qual motivo – o primeiro vice-presidente era do governo –, numa sessão de votação, fizeram o mesmo questionamento que o deputado Targino Machado, e eu tive de sair da cadeira, naquele momento, para atender o primeiro vice-presidente.

Então, quero dizer aqui que o deputado Targino Machado está coberto na sua questão de ordem. Se nós elegemos os deputados da Mesa Diretora, eles devem exercer o seu papel. Agora, V.Ex^a conduziu, sim, com total... V.Ex^a não comprometeu, em nenhum momento, a sessão desta tarde.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará pelo tempo de 6 minutos a deputada Fátima Nunes e pelo tempo de 5 minutos o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, eu dou como referência os artigos...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará a deputada Fátima Nunes e, posteriormente, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Targino Machado:- (...) 2º, 4º e 7º do Regimento Interno da Casa para formular a minha questão de ordem. Gostaria que fossem contabilizados os 5 minutos a que tenho direito. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Peço que sejam marcados os 5 minutos da questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, infelizmente, vivemos no império da hipocrisia. Infelizmente, esta Casa exerce, em todas as legislaturas, um papel teatral. Eu estou aqui há tanto tempo, desde 1995, e não vi ainda ninguém conseguir mudar nada nesta Casa, nem produzir efeito. Não vi esta Casa produzir efeito para fora! Poucos são aqueles que têm um desiderato, que acreditam no seu ideal e que correm atrás. Como eu fico triste quando vejo figuras que no passado estavam aqui... Não estou querendo julgar ninguém, porque cada um faz o seu mandato da forma que melhor lhe aprouver. Mas vejo aqui figuras que no passado eram raivosas, dizendo que estavam em defesa do povo da Bahia, e que mudaram de discurso não sei por qual interesse, por qual manobra política, e, hoje, condenam o que defendiam, e defendem o que condenavam.

Digo isso para dizer que acho, deputado Marcelo Nilo, que é o presidente desta Casa e representa a nós todos, inclusive representa a esperança da maioria esmagadora desta Casa, na defesa deste Parlamento, e V.Ex^a tem feito isso...

Mas quero, aqui, deixar o meu protesto, porque a cada 2 anos os deputados que querem ser candidatos à Mesa Diretora nos telefonam, pedem, imploram voto, saem de gabinete em gabinete e vão, às vezes, a nossas casas, pedindo voto. E vejo, dia após dia, deputado Marcelo Nilo, deputado Tom Araújo, que nos preside neste momento, a dificuldade de se compor essa Mesa, que deveria, pelo Regimento, estar composta não só pelo presidente, mas pelos 1º e 2º secretários. Isso pode ter sido objeto de um acordo. Mas acordo informal não pode rasgar o Regimento. Então, que se mude o Regimento, porque a Mesa é para ser formada por quem foi eleito para ser presidente, ou por quem o substitui, e pelos 1º e 2º Secretários.

Deputado Marcelo Nilo sabe como ninguém que essa era uma manobra utilizada por ele e por nós outros, que fazíamos parte da Oposição, para garantir o quórum. Era uma forma do governo ter na Mesa dois deputados, que tinham que dar quórum para a continuidade da sessão.

Não tenho nada contra o deputado Rosemberg. Discordo do Líder do meu partido e do Bloco: o deputado Rosemberg não agiu com neutralidade. Inclusive, ameaçou mandar tirar alguém da Galeria. Então, ele não tinha e não tem isenção. Não por defeito, mas porque aqui todos nós temos um lado. Uns estão do lado da Bahia e dos baianos, uns estão do lado dos servidores, e outros estão defendendo o governo. Seja lá qual for a desgraça que o governo mandar para cá, o deputado Rosemberg Pinto vai estar defendendo, porque esse é o papel dele, ele é PT, é Líder do PT. Agora, deputado Rosemberg Pinto, quero concluir dizendo que se eu fosse V.Ex^a nem

amarrado sentava nessa cadeira de presidente, porque ela poderia ser sua por direito se V.Ex^a tivesse tido a coragem de enfrentar Marcelo Nilo na eleição há meses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Quero agradecer ao deputado Rosemberg Pinto, que estava presidindo a sessão.

Realmente, existe uma praxe aqui, na Casa, e, de forma muito cordial, o deputado Rosemberg Pinto assumiu a presidência num momento de ausência de membros da Mesa. Mas o deputado Rosemberg Pinto prontamente deixou a presidência, e V.Ex^a foi atendido tão logo eu, 2º vice-presidente, assumi o posto.

Como o presidente chegou, tenho que lhe dar o lugar, do ponto de vista regimental, e respeitar o presidente Marcelo Nilo. Vou levantar-me e passar a presidência ao nobre deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, deputado Targino, V.Ex^a tem razão no mérito, mas quero pedir-lhe desculpas e dizer que fui eu quem pedi ao deputado Rosemberg Pinto para ocupar a presidência. Naquele momento, não havia qualquer membro titular da Mesa.

V.Ex^a é suplente da Mesa, e peço-lhe desculpas, porque se existe um culpado foi o deputado Marcelo Nilo. Eu pedi o favor ao deputado Rosemberg porque precisava dar uma entrevista à TV e saí. V.Ex^{as} sabem que quando chegamos ao cafezinho um pega aqui, outro acolá... Peço-lhe desculpas. O deputado Rosemberg me fez um favor porque não havia qualquer titular da Mesa, e eu me esqueci que V.Ex^a é suplente. Mas ele apenas fez um favor ao presidente, porque no momento não havia titular da Mesa.

Próximo horário.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, estão inscritos a deputada Fátima Nunes, por 6 minutos, e o deputado Joseildo Ramos, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, nesta tarde estamos discutindo aqui o reajuste do funcionalismo público estadual, e quero fazer as seguintes observações.

(Lê) “Reajuste representa impacto de R\$ 390 milhões na folha estadual

O reajuste geral do funcionalismo público estadual, de 6,41%, cujo projeto de lei já foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Alba), no último dia 24, contempla um conjunto de cerca de 260 mil servidores. A proposta apresentada pelo Governo do Estado da Bahia, que manteve diálogo aberto e transparente com as diversas representações sindicais, representa um esforço diante de um cenário econômico de instabilidade. Esta pauta, inclusive, sequer foi discutida em outros estados do país.”

Aproveito, então para repudiar tudo que aconteceu no Estado do Paraná com os servidores públicos e, de modo bem particular, com os professores.

Aqui, o governador Rui Costa, teve o cuidado de reunir, de discutir e chegar a esta conclusão do projeto que ora estamos debatendo aqui.

(Lê) “Para se ter uma dimensão, o reajuste geral do funcionalismo representa um acréscimo na despesa de pessoal de 2015 do Estado de, aproximadamente, R\$ 390 milhões. Sem falar que o Governo do Estado concederá, em junho próximo, promoções para professores cujo impacto na folha será de R\$ 122 milhões. No conjunto, a impacto na folha este ano para promoções e progressões de carreiras de servidores como médicos, enfermeiros, investigadores e analistas e técnicos universitários será de R\$ 380 milhões. Somam-se a tudo isso, ainda, os ganhos dos servidores da Segurança Pública, cujo impacto, este ano, será de R\$ 112 milhões na folha estadual.”

Portanto, quero lembrar a todos e a todas que:

(Lê) “*Há nove anos consecutivos, o Estado tem concedido reajuste geral aos servidores. Apesar de o Governo baiano ter evidenciado as dificuldades financeiras deste ano, construiu uma proposta que garante a reposição da inflação do ano passado, assim como a garantia da manutenção das promoções e progressões, dos ganhos já assumidos. São ações que caminham na direção da política de valorização do funcionalismo.*”

É claro que todo servidor, todo trabalhador, em cada dia de sua profissão, merece sempre muito mais. No entanto, o Estado gasta com os servidores aquilo que é possível, até porque não tem compromisso apenas com a folha de pagamento. Tem também obras e serviços que precisam ser prestados em outras áreas, como a recuperação de estradas, a construção de cisternas, o apoio aos agricultores familiares, a recuperação de obras e serviços em portos e aeroportos, o que proporcionará, também, qualidade de vida melhor para o nosso povo de toda a Bahia.

(Lê) “*Professores e coordenadores em efetivo exercício, por exemplo, irão obter uma promoção extraordinária para junho deste ano, que propiciará um ganho médio de 8% e trará um impacto de R\$ 122 milhões para a folha estadual. Servidores da Saúde, por sua vez, acumulam ganhos extraordinários ao longo dos últimos anos. Somente na carreira de médico o ganho real foi de 213,09%, entre 2007 e 2014, contra 54,64% no governo do período de 1999 a 2006. Na carreira de nível superior da Saúde, o ganho real atingiu 119,72%, entre 2007 e 2014, comparado com 53,20% no período de 1999 a 2006.*”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho dificuldade alguma em ouvir gritos, até porque sei o que significa a luta, sou parte dessa luta, mas estou defendendo aquilo que acredito e o que sei que é possível fazer para os trabalhadores, para que os homens e as mulheres deste Estado, deste País possam ter condições de viver com dignidade no trabalho e nos benefícios sociais.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito interessante e é um momento único para tratarmos de situações que nos tocam a todos. Nós vivemos uma quadra de uma crise que se estabeleceu mundo afora. E aqui, na Bahia, não é diferente. Que bom que hoje temos liberdade aqui, Na Bahia, para discutir, independentemente das posições que sejam postas, sem que os interessados tenham que ficar afastados desta Casa.

Em um momento histórico recente, deputado de governo aqui não podia modificar uma vírgula sequer dos projetos que vinham para esta Casa. Deputados que nunca estiveram próximos de algum sindicalista, que nunca estiveram em uma assembleia de qualquer sindicato. Nenhum. É interessante, neste momento pontual, episódico que os trabalhadores percebam historicamente o que representa cada deputado nesta Casa. Porque quem governa tem momentos de ônus e momentos de bônus. Nós defendemos o que acreditamos; e aquele que está nesta Casa tem que ter posição. E a posição correta é a de que nos últimos governos do Estado da Bahia as categorias de servidores tiveram ganho real em todos os níveis. Isso é histórico.

Lembro-me, e temos que comparar, que deputados quando eram da Oposição aqui, nesta Casa, e estavam ladeados com os sindicatos recebiam os cachorros nas suas pernas, e a polícia impedia que os funcionários entrassem nesta Casa.

Isso não foi constituído e conquistado à toa. Estamos passando por um momento de grande gravidade do ponto de vista da economia, do ponto de vista macroeconômico. Precisamos dar respostas, e a resposta que é dada é a possível, porque o governador ainda está mantendo os ganhos setoriais dos acordos celebrados em 2014. Atravessaremos com responsabilidade essa quadra difícil porque passa o País. Nada é à toa.

Um conjunto dos funcionários sentou à Mesa, acordou e concordou com os encaminhamentos. A outra parte são vocês, que estão aqui livremente para se posicionarem. Nós estamos cumprindo com o nosso papel, de acordo com o que acreditamos.

Não tem problema, pois em um dia somos aplaudidos e no outro poderemos ser vaiados. O que precisamos é nos manter coerentes, cientes. Sentimos falta daqueles deputados opositores que deveriam estar aqui, na tribuna, a se posicionarem a respeito da barbárie que está acontecendo no Paraná.

O passado recente daqui demonstra que a Bahia não era livre. E estamos aqui discutindo o que é melhor para o nosso Estado. Estamos praticando o que é possível. É desta forma que seguiremos construindo um momento melhor para a Bahia.

Em todas as comparações o ex-governador Wagner e, hoje, o governador Rui celebram, sem sombra de dúvida, um encaminhamento melhor para a nossa querida Bahia atravessar esse momento difícil porque passa o nosso País.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o nobre deputado Zé Raimundo, de Vitória da Conquista.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários que estão nesta Galeria a protestar e a se manifestar sobre esse assunto, de forma preliminar, gostaria de deixar claro que a minha humilde contribuição a este Parlamento durante esses 4 anos e alguns meses tem sido no sentido do debate dos conceitos, das ideias e das propostas gerais para a sociedade.

Em momento algum tenho tratado de questões nominando ou identificando, sobretudo, os nossos deputados. Mais uma vez, numa pequena intervenção no primeiro bloco, fui citado por um colega deputado da minha cidade.

Mas não entrarei nesse tema. Sobre a minha biografia, sobre a minha trajetória enquanto professor, enquanto sindicalista e, hoje, pelos caminhos do destino, deputado estadual, após ter sido prefeito de Vitória da Conquista por quase oito anos. Mas me coloco sempre enquanto militante, enquanto observador, enquanto alguém que aprendeu alguma coisa na vida sobre as lutas sociais.

Nesse contexto, ninguém aqui pode dar conselho a ninguém. Os deputados aqui são todos experientes, todos maduros, todos experimentados, muitos aqui ex-prefeitos, dirigentes, empresários, de muitas origens. Da mesma forma os sindicalistas...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Pediria um pouco de silêncio às Galerias, porque há um orador na tribuna, por favor.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) que negociaram com o governo são sindicalistas, são dirigentes que sabem o melhor caminho que devem escolher. Se estabelece uma negociação, se aceita um acordo ou se se mantém na luta. Mas há coisas simples também que são fatos históricos, verdades que não podem ser apagadas. Uma delas, infelizmente o Parlamento sobre esses temas mais polêmicos, ao se examinar o discurso, não é de hoje, não, em qualquer período da história, é só consultar os Anais desta Casa, de 40, de 50, de 60 anos, o discurso da Oposição é sempre o mesmo e da Situação às vezes também é o mesmo.

A Situação querendo defender o status quo do governo, às vezes com exageros, com uma retórica, com um discurso que não condiz com a realidade. Da mesma forma a Oposição, sempre de forma sofisticada, a Oposição vê sempre o paraíso, não há um discurso da Oposição que não tenha uma solução fácil.

Não há um tema, não há um problema que se coloque em qualquer Parlamento do mundo que a Oposição não tenha uma solução, uma palavra mágica, como se a realidade fosse feita apenas do discurso ou do mero raciocínio. Como se a concepção de Platão ou de Hegel fossem as únicas a dizer que é a mente, que é a imaginação que cria o mundo, e não o contrário, que é o mundo num processo dialético que impõe o processo de razão e de compreensão.

Neste momento as lideranças são maduras e sabem. Agora, enquanto sindicalista que fui, eu nunca hostilizei a Situação. Porque muitas soluções para o sindicalismo, sobretudo dos servidores públicos, as soluções só saem da Situação, com a ajuda, com a colaboração da Oposição, negociando, articulando, pressionando a Situação. Mas eu jamais virei as costas, mesmo para os dirigentes carlistas, e eu na Oposição radical, porque eu era dirigente de uma categoria, e a obrigação de um dirigente é conversar com quem quer que seja para levar o melhor para a sua categoria. E não ficar, muitas vezes, caindo num discurso fácil e hostilizando os interlocutores que podem buscar um caminho para agora ou para adiante.

Claro que o debate com a Oposição é sempre bom; a Oposição ajuda a negociar, pressiona o governo, mas hostilizar, gente, de frente ou de costas para a plateia, já há um juízo de certa maneira formado aqui entre os nossos pares, num debate tem que ser no mínimo esclarecedor, porque essa postura da Oposição da retórica, do discurso fácil, não ajuda a transformar a realidade.

Eu queria dizer, e falei aqui na primeira parte da sessão, ouvi também de outros colegas, quem é que aqui é contra a melhoria do salário dos servidores? Ninguém. Mas diante da situação, nós somos deputados da Situação, do governador, e as contas, a situação, a conjuntura não é fácil, poderemos entrar numa profunda crise fiscal do Estado brasileiro, e aí a crise vai se aprofundar e são os trabalhadores dos municípios, os servidores públicos em todos os escalões que vão sofrer.

Ouvi aqui também algumas reações ao se falar em outros Estados. E eu pergunto: vivemos em um Estado nacional. A federação não é autônoma para poder definir seus destinos... Estou vendo qui os servidores da Saúde, e eu pergunto se aqueles R\$ 40 bilhões que tiraram lá da CPMF se não estão faltando hoje nos orçamentos dos municípios, dos Estados para melhorar a saúde? E eu pergunto: quem foi que retirou R\$ 40 bilhões por ano? Quem sabe se nesses seis anos não estaríamos caminhando para mais de R\$ 300 milhões para a saúde? Quem foi que retirou? Como não olhar a conjuntura nacional? (As Galerias se manifestam.)

O dirigente que sai do imediatismo olha também as conjunturas e avalia a correlação de forças! Nós queremos, sim, que os trabalhadores continuem mobilizados, cobrando do governador. Estão corretos de cobrar, como outras categorias cobraram, inclusive planos de salários. E nós melhoramos os planos de trabalho de várias categorias. Chegar aqui como deputado de Oposição e fazer uma crítica, é fácil. Quero ver na realidade. Porque tem muito gente aqui que foi prefeito – eu fui prefeito e enfrentei greve, inclusive da minha categoria. Porque o dirigente tem uma pauta maior do que a pauta sindical e corporativa. Os sindicatos estão corretos

em lutar e batalhar, mas também negociar e buscar caminhos para o presente e para o futuro.

Nesta quadra que se avizinha, nessa crise que está aí, devemos nos preparar, inclusive nós do Partido dos Trabalhadores, a base do governo e eu diria também a Oposição, porque pode vir aí uma conjuntura em que serão dois anos de aprofundamento da crise. E fora do mercado, não há governo fora do mercado. O mercado está exigindo mais penúria para os trabalhadores e mais sufoco para os serviços públicos. Por isso, ao lado da pauta sindical, minimamente temos que ter um horizonte de negociações, de mediações para melhorarmos (Tumulto nas galerias). Inclusive... Estou sendo bonzinho...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, companheiros, faço um apelo.

Deputado, só um segundinho.

Companheiros, faço um apelo: vivemos em um regime democrático, vocês têm direito de acompanhar – têm direito de virar as costas, de aplaudir... Agora, vaiar o deputado, começar a bater boca com o deputado?! Faço um apelo, principalmente... faço um apelo, estou pedindo, estou fazendo esse pedido. Por favor.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, como professor, já me acostumei também com alunos rebeldes, com gritarias, com falatório dentro da sala de aula. Mas eu gostaria de dizer, estou sendo bonzinho... Essa é uma razão lógica, agora, cada um escolhe o caminho que acredita. Eu digo com convicção que o movimento de crítica, de reivindicação não pode hostilizar a situação. A situação é para ser buscada, negociar para avançarmos. E aí não quero nem confrontar os números do passado que aqui os deputado já colocaram. Não reconhecer que esse governo avançou no respeito aos servidores públicos, nas negociações e na busca de alternativas, eu tenho absoluta certeza de que a maioria dos servidores, mesmo chateada, mesmo descontente, reconhece que houve um avanço.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Nobre deputado, como o meu tempo já está esgotado, peço-lhe desculpas. Desta feita, V.Ex^a por quem tenho a maior amizade, a maior empatia, vou transferir este aparte para outra ocasião.

Concluindo, Sr. Presidente, esse é o quadro. O governo Rui Costa tem um compromisso. O governador Jaques Wagner avançou muito e se Deus quiser vamos avançar muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e vamos para o debate.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos das Galerias, servidores, muito mais importante do que qualquer apupo

dirigido aos deputados governistas é a presença de vocês até o final da votação, para que vocês tenham conhecimento de como cada parlamentar vai se pronunciar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Houve um curto no computador, estou marcando o tempo de V.Ex^a aqui no meu computador. Obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) quando der o seu voto. É importante que vocês fiquem até o final da votação.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, depois de ouvir o discurso do deputado José Raimundo, e também o do deputado Joseildo Ramos, chego à conclusão de que foi o PT que inventou a democracia, (palmas) porque naquela época eles falavam das dificuldades, falavam de truculência, mas têm uma truculência que é muito mais dolorosa, que é aquela que retira direitos adquiridos, é aquela truculência que está sendo perpetrada agora, na Câmara federal, quando a presidente da República retira direitos adquiridos dos trabalhadores. Essa truculência dói muito mais do que qualquer chicote, do que qualquer cachorro na rua, como aqui nominou o deputado Joseildo Ramos.

Deputado, V.Ex^a aumenta... Se no passado erros foram cometidos, nós não podemos balizar as nossas posições olhando para o retrovisor. O Partido dos Trabalhadores, quando foi eleito, se elegeu com o argumento de que mudaria a história e que faria diferente, o que levou milhares de baianos e brasileiros a acreditar naquela cantilena. Quantos servidores acreditaram no discurso do Partido dos Trabalhadores e, agora, se veem traídos, arrependidos por um dia terem acreditado nesse partido? (Palmas.)

Ora, eu disse ao meu Líder, Sandro Régis, ao tomar conhecimento na imprensa de que os sindicatos teriam sido complacentes com o governo e aceitado o reajuste, que votaríamos a favor. Mas, graças a Deus, revelou-se que isso foi uma farsa, e esses sindicalistas e servidores do Estado estão aqui para dizer que não analisaram, que não assinaram esse acordo espúrio com o governo do Estado. Quem assinou esse acordo, com certeza, foram pelegos que estão nas contas do Estado, de uma forma ou de outra, recebendo benesses, porque qualquer servidor limpo, histórico e comprometido com a sua categoria jamais assinaria um acordo contra si, contra a sua história de serviços prestados a este Estado. (Palmas.)

Meus caros servidores, meus caros deputados e deputadas, vamos, aqui, ficar vigilantes e antenados com os anseios dos trabalhadores. Temos conhecimento de que a situação é difícil, mas naquela época também a situação era difícil e o PT não reconhecia as dificuldades, dizia que havia dinheiro para aumentar de acordo com as suas conveniências. Como é que agora não há dinheiro, se no passado eles diziam que havia dinheiro?

Então, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, vamos rechaçar esse projeto. Faço um apelo aos deputados do governo, deputados esses que surfaram na onda dos servidores, e aqui, nós, que somos deputados de Oposição, não tivemos o prazer nem o beneplácito de ter apoio, de sermos carregados no colo como vocês carregaram os deputados governistas, acreditando no sonho de um dia este Estado poder pagar

melhores salários. Eles agora falam porque maldades foram cometidas no Paraná. Onde quer que seja, sendo de Oposição ou de governo, quem comete seus erros devem pagar por eles e não nós, da Oposição, estarmos aqui com discurso enviesado, trazendo exemplos de fora. Os exemplos devem ser dados aqui no Estado da Bahia, e vou dar um para aclarar o deputado Joseildo Ramos.

No governo Jaques Wagner, houve 119 dias de greve dos professores. Como nunca foi visto, com apenas 19 dias o governador Jaques Wagner mandou cortar o ponto dos professores. Tamanha maldade até então não houvera acontecido no Estado da Bahia. Essa é a truculência a que V.Ex^a se refere, é essa truculência que não aceitamos como parlamentares eleitos de forma democrática, de forma livre e soberana nas urnas, como também os deputados da base governista.

Agora, aqui, estão a servir ao governo, estão a servir a um Estado que cada vez mais persegue e paga mal aos seus servidores, contra o discurso do passado, de que tudo mudaria, de que a história seria diferente. Como a história é diferente, como é que esse passado é diferente, se cometem os mesmos erros que tanto reclamaram e brigaram nas ruas e nas praças, dizendo e pregando uma nova história?

Não existe nova história. O que existe é um servidor insatisfeito, um caos nas áreas da saúde, da segurança e da educação. Como exigir, como se falar de uma pátria educadora se o professor é mal remunerado? Ora! Se o professor é mal remunerado no Paraná, por que ele tem que ser mal remunerado na Bahia? “Ah! Porque lá é governado pelo PSDB. “ah! Porque aqui é governado pelo PT”.

Nós temos que incluir os maus políticos que estão inseridos na Oposição, como aqueles também que estão inseridos na base governista, sendo do PT, PDT, seja de qualquer partido.

O mau político tem de ser execrado é nas urnas, e os servidores da Bahia tiveram a oportunidade de execrar o Partido dos Trabalhadores, e não o fizeram. Em 2006, deram uma chance a esse partido, assim como, em 2010, deram um novo mandato ao Partido dos Trabalhadores, e, aparentemente ainda não acostumados com as maldades, deram um novo mandato em 2014.

Até quando vocês vão continuar sofrendo? Até quando vocês vão continuar acreditando nessa história da carochinha? Nessa história de que o Partido dos Trabalhadores inventou e reinventou a história? O Partido dos Trabalhadores reinventou a maldade, reinventou a crueldade, e passa por cima dos servidores do Estado da Bahia como quem passa como um trator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Solicito a prorrogação da sessão por 10 minutos para dar tempo aos partidos.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, caro deputado Targino Machado, os tempos mudaram. Quem de nós poderia imaginar que um dia ia ver o Partido dos Trabalhadores defendendo o fato de que um grupo de trabalhadores tenham a remuneração menor que o salário mínimo. Os tempos mudaram completamente.

Para defender o governo, para defender de forma insana o governo do PT, eles estão buscando justificativas de toda espécie. Falaram aqui, e já foram buscar, a crise mundial, mas não sei onde está, caro deputado Rogério Andrade, essa crise mundial. Aqui ou acolá, algum país está em crise, ninguém tenha dúvida disso, poucos da América do Sul estão em crise. Vão buscar ainda a crise nacional, a crise do Brasil, que eles, do PT, têm mais de 12 anos governando. Eles, o governo do PT, foi que implementaram essa crise financeira, econômica e moral neste País. Eles, do PT, parece que foram eles que descobriram o Brasil.

Ainda há pouco, aqui, alguns deputados do PT diziam que democracia na Bahia só se vê há oito anos. Peguem a história desta Casa, ainda nos idos da década de 70, com deputados aguerridos, como Coriolano Sales, Elquisson Soares e Filemon Matos, foram deputados de oposição, aguerridos, que enfrentaram o que eles hoje chamam de truculência do carlismo, e truculência estamos vendo hoje pelo País. Procuram fazer comparativos da Bahia com outros Estados e falaram da greve dos professores no Paraná, esquecem-se dos mais de 100 dias de greve dos professores no governo passado. Falam aqui da truculência do governador do Paraná, esquecem-se de que mandaram invadir esta casa quando os policiais militares estavam aqui sitiados, em greve.

Se querem fazer comparativos com outros Estados e aqui alguém falou que o governo fez uma reforma administrativa e cortou na própria carne, não cortou, não! Cortou na carne de funcionários aguerridos da EBDA, funcionários aguerridos do Derba, funcionários que trabalharam a vida inteira por esta Bahia, funcionários que se qualificaram. No entanto, o Estado que tem 15 milhões de habitantes mantém em seus quadros quase 10 mil funcionários em cargos comissionados, em cargos políticos. Por que não cortam aí? Por que tem que cortar nos funcionários de órgãos tradicionais do governo da Bahia?

Se querem fazer comparativo, São Paulo tem 44 milhões de habitantes e tem apenas 24 secretarias; a Bahia tem 15 milhões de habitantes e uma secretaria a mais que São Paulo.

Então não cortaram na própria carne. Se quiserem cortar, cortem que vão sobrar recursos para de fato corrigir os salários dos funcionários. Dizem para imprensa que é 6,64%, e não é! Estamos votando aqui 3,5%, os 2,91% é para novembro. Quem tiver salário menor que o mínimo terá que ficar esse período recebendo menos do que o salário mínimo! Isso é uma ilegalidade, isso, sim, que está sendo inventado pelo Partido dos Trabalhadores!

Se o governo quer fazer comparativo com outros Estados, a Bahia com 15

milhões de habitantes, em 2006, tinha 10.500 casos de homicídios dolosos. São Paulo, com 44 milhões, tinha 40 mil. Mas, em 2010, a Bahia saltou de 10 para 17 milhões de homicídios dolosos, e São Paulo caiu de 40 para 24.

Em 2014, a Bahia subiu para 21 mil casos de homicídios dolosos e São Paulo para 17 mil casos. Querem comparar, comparem. Agora, o que não se pode é o partido dito como dos trabalhadores não defender a causa dos trabalhadores, meu caro deputado Rosemberg Pinto, V. Ex^a que sempre foi um líder sindical, que sempre, com muito amor pela classe trabalhadora, defendeu os seus interesses, nós lhe suplicamos aqui, hoje, como Líder do seu partido retire este projeto de pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-Vamos discutir mais profundamente com toda a classe dos funcionários públicos da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 10 minutos.

Srs. Deputados, prorrogamos por 10 minutos, mas vou prorrogar por mais um hora, para não entrarmos na extraordinária.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

O Sr. Adolfo Viana:- Prorrogar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para votar os projetos, para não entrar na extraordinária.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores, visitantes, Imprensa, desde do início da sessão, tenho me preocupado com as diversas intervenções, nas diversas posições aqui colocadas.

Eu tenho uma preocupação pois fica parecendo que o mesmo trabalhador da Bahia, de Salvador, não é mesmo trabalhador do interior do Estado, deputado Tom Araújo, não é o mesmo servidor terceirizado, não é o mesmo servidor de São Paulo, não é o mesmo servidor dos diversos estados da nossa União.

Mas segundo o deputado Hildécio, agora, na última intervenção da Oposição, para a segurança pública, podem comparar o Estado de São Paulo com o Estado da Bahia, mas para o reajuste dos servidores não podem comparar o Estado da Bahia com o Estado de São Paulo...

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (...) Veja que incoerência. Quero aqui dizer e

isso não me traz nenhuma alegria, vim aqui defender apenas o reajuste proposto. Nenhuma alegria, porque minha vida foi pautada, o tempo inteiro, na defesa dos interesses dos trabalhadores. Fui dirigente sindical por vários momentos e conheço a maioria dos dirigentes sindicais aqui da Bahia, inclusive dos servidores públicos e disse e repito que estou sentindo falta deles.

Então, quero aqui dizer que nós vamos votar hoje um reajuste que não tenho nenhum problema em assumir uma posição, porque esse reajuste não é abaixo da inflação...

(As Galerias se manifestam.)

Eu lamento e é por isso que defendo uma escola pública de qualidade e, para quem foi para a escola privada, mas tem uma dificuldade em compreender, os valores percentuais 3,5% mais 2,91%, deputado Hildécio, não serão somado. Isso não é uma soma, é um reajuste, um percentual em cima de um percentual que é mais do que 6,41% e incorpora-se ao salário dos servidores...

(As Galerias se manifestam.)

Eu quero dizer, deputado Marcelo, faça um pedido...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu faço um apelo, vocês são pessoas, companheiros. Vejam bem. Eu faço um apelo...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Então, Sr. Presidente, quero dizer primeiro deputado, que nós não construímos a democracia. É verdade, deputado Adolfo Viana, não foi o PT quem construiu a democracia, mas a democracia se estabeleceu neste País de uma forma muito mais ampla a partir dos nossos governos que permitem as diversas manifestações, nesta Casa, que não eram permitidas num passado muito próximo.

Eu quero dizer que não tenho nenhum problema em colocar aqui a discussão sobre a eleição do nosso Partido dos Trabalhadores na gestão do Estado da Bahia. Porque aqui não há arrependimento dos servidores e da população baiana, porque esse debate nós fizemos há menos de 4 meses, e a maioria da população, no primeiro turno, reelegeu o nosso projeto, porque é o melhor para a sociedade baiana.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Companheiros, eu faço um apelo – deputado Rosemberg, só um segundinho, por favor – pela última vez. Eu jamais vou tirar vocês das Galerias, não vou fazer isso, mas faço um apelo. Vocês também têm de respeitar o deputado que está discursando! Companheiro, você aí, eu mandei levar água para vocês, já mandei buscar, vou mandar dar água, cafezinho, fiquem à vontade. Agora, eu faço um apelo, o deputado não pode ser ofendido discursando na sua Casa.

(As Galerias continuam a se manifestar.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu sei que a Casa é do povo, concordo, mas o deputado foi eleito por vocês, pelo povo. Então eu faço um apelo!

(As Galerias continuam se manifestando.)

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu eleitor é outro, deputado Marcelo, é educado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu faço um apelo, companheiros. Prossiga, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Quero dizer, deputado Carlos Geilson, para V.Ex^{as}, que hoje os dirigentes sindicais servidores... V.Ex^{as} dizem aqui que são pelegos, mas o ano passado esses mesmos dirigentes estavam nesta Casa sendo venerados, sendo aqui colocados num patamar de representatividade pelos deputados. Naquele momento eles não eram os pelegos que estão sendo taxados aqui. É que os dirigentes entenderam que nós estamos passando por um momento de muita dificuldade no País e aqui na Bahia.

Nós não estamos aqui... E esta Casa votou um requerimento, deputado Adolfo, na semana passada, para que pudéssemos colocar aqui a votação de garantia da manutenção do nosso Fundo de Previdência. A gestão anterior, de Minas Gerais, acabou com a previdência dos servidores; no Paraná, essa pancadaria que está acontecendo não é salário, porque salário não tem reajuste, é o Fundo de Previdência dos servidores que estão acabando lá. É esse o debate que nós precisamos fazer.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor.

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu gostaria de ver a mesma ênfase... Deputado Adolfo Viana, eu tenho um apreço muito grande por V.Ex^a, mas eu não tenho tempo para lhe dar aparte.

Eu queria chamar todos os parlamentares a uma reflexão. Essa mesma defesa que eu vejo os deputados fazendo aqui, com a mesma ênfase que cada um se colocou, eu queria que este Plenário tivesse contra o PL da terceirização. Eu não vi nenhum desses deputados que vêm para cá com a carteirinha da CUT, ou da CTB, ou da CGT defender os servidores, vir defender os trabalhadores que serão atingidos por esse PL que tira direitos dos trabalhadores no plano nacional.

E não pense que isso vai refletir no Paraná e em São Paulo, não; vai refletir também é aqui na Bahia.

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Rosemberg, um aparte.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- E eu não vi nenhuma manifestação dos deputados que hoje aqui são os paladinos na defesa dos interesses dos servidores.

Então, meus queridos deputados, eu fico triste porque eu vejo... Eu peguei o registro de todos os governos aqui – São Paulo, Paraná, Pará, Alagoas –, nenhum sequer colocou no orçamento que foi aprovado na Assembleia, recursos para reajuste dos servidores. Não sou eu que estou dizendo aqui não. E não são do PT.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sabem onde é que os reajustes estão acontecendo agora? É no governo de Minas Gerais, é aqui na Bahia. São reajustes dentro da capacidade que o orçamento permite para não ter que ficar devendo aos servidores, como está devendo o Estado do Paraná.

E quero dizer que não é migalha, não é esmola, como alguns deputados colocaram, porque os servidores não precisam de esmola, servidor precisa de reajuste correto, digno e esse é o reajuste que o Estado tem capacidade de honrar. É esse debate que queremos fazer. Cada deputado e cada deputada aqui tem uma relação com um prefeito ou uma prefeita do interior do Estado.

Eu quero debater aqui o reajuste que os prefeitos estão fazendo no interior do Estado para os servidores. Ou V.Ex^{as} só representam aqui os servidores do Estado da Bahia? E os servidores da prefeitura onde V.Ex^{as} são votados? Eu quero dizer aqui que o debate tem que ser por igual. Eu entendo a capacidade orçamentária dos diversos municípios, inclusive, municípios que estão sendo gerenciados pelos partidos de V.Ex^a.

Mas é preciso que a gente tenha a tranquilidade de não ir para o debate estéril, para o debate fora da realidade, porque temos a responsabilidade de conduzir aqui e de acompanhar o orçamento do Estado da Bahia - cuja capacidade cada um de nós conhece. Eu tenho convicção disso e não tenho nenhum problema. Ao contrário do que as pessoas imaginam, votar nesse projeto, encaminhado pelo governo do Estado, não me deixará menor.

Não é submissão e os deputados sabem da minha posição, às vezes contrária a determinado projeto do Executivo. Mas, esse é um projeto que reajusta os servidores dentro da capacidade do Estado e que não estará abaixo da inflação no final do ano de 20015.

Por isso, Srs. Deputados e meu querido deputado Líder do Governo nesta Casa, quero encaminhar o projeto sem nenhum problema porque, diferentemente do debate que está sendo feito aqui, não votar nesse projeto é prejuízo para os servidores e não retirar é direito dos servidores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho. V.S^{as} são testemunhas de que já pedi mais de quarenta vezes. Já pedi diversas vezes que vocês se comportem. Eu estou realmente perdendo a paciência. Por diversas vezes já esvaziei as galerias. Não vou fazer isso hoje. Não vou fazer porque confio no bom senso de vocês. Eu faço um apelo.

Eu, por diversas vezes já mandei esvaziar a galeria, mas não vou fazer isso hoje em consideração às mulheres e homens que estão aí. Agora, faço um apelo. Dois ou três começam a gritar e as pessoas educadas seguem. Tudo tem limite.

Vou colocar em votação. Estou perdendo a paciência. A imprensa é

testemunha de que estou pedindo diversas vezes. Aqui é uma Casa de vocês. Agora, não é possível que vocês não se comportem. Faço pela última vez um apelo. Não vou colocar a polícia para tirá-los. Vocês são servidores e por isso estão sendo respeitados.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em discussão única e votação o projeto do Poder Executivo de número 21.202/2015 que reajusta os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica e dá outras providências.

Para relatar o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto para relatar o projeto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, vou relatar o parecer: (Lê) *“Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.202/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Reajusta os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e funcional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências'.*

O projeto que ora venho relatar, por designação do Sr. Presidente da Mesa dos trabalhos desta Sessão Plenária, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Exmº Sr. Governador do Estado, propõe o reajuste dos vencimentos, subsídios, soldos, gratificações, proventos e pensões dos servidores públicos ativos e inativos, da Administração direta, autárquica e funcional do Poder Executivo Estadual.

O projeto prevê um reajuste linear da ordem de 3,5% sobre os vencimentos e gratificações dos cargos do Poder Executivo, de forma retroativa a 1º de março, “garantindo o fortalecimento dos pilares da política de gestão de pessoas da Administração Pública Estadual”, conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, ressaltando ainda que ao elaborar os estudos para concessão do reajuste, “o Governo do Estado buscou fazer um grande esforço, no limite da sua capacidade financeira, apesar das dificuldades econômicas pelas quais passa o país, respeitada a necessidade de manutenção do equilíbrio fiscal e solidez das contas públicas’

Registre-se ainda que o reajuste ora previsto representará um acréscimo de despesa para o exercício de 2015 no valor estimado de R\$ 324.814,360,00 (trezentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e quatorze mil, trezentos e sessenta reais), cabendo lembrar também que o Executivo encaminhou a esta Casa outra proposta

de reajuste (PL 21.203/2015), com vigência a partir de 01 de novembro próximo, complementando o repasse do índice inflacionário de 2014. Já para o ano de 2016 o acréscimo na despesa de pessoal em decorrência do presente projeto será de R\$ 389.505.068,00 (trezentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e cinco mil, sessenta e oito reais.)

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da bancada da Minoria, propondo a elevação do percentual de reajuste para 6,41% e retroagindo a sua vigência a 1º de janeiro de 2015, opino pela rejeição da emenda...”

Entendo que esse percentual está garantido acima dos 6,41%, a partir de 1º de novembro, incluindo o reajuste proposto também pelo Poder Executivo. O que amplia a proposta da emenda apresentada pela Bancada da Minoria. A despesa com pessoal ativo, (Lê) “(...) e considerando que, conforme estabelece o art. 169, §1º, inciso I, da Carta Magna, a com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios deve obedecer limites, sendo observada prévia dotação orçamentária e financeira para atendimento as projeções e acréscimos decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

No mesmo sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 1994), dispõe, no art. 21, que é nulo de pleno direito o ato que provoque, aumento da despesa com pessoal sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Assim, e como afirmado acima, o percentual oferecido levou em consideração estudos de viabilidade para a sua concessão, representando na nossa opinião um esforço significativo nos limites da capacidade financeira do Estado, apesar das dificuldades econômicas por que passa o País, em respeito a necessidade de se manter o equilíbrio fiscal e a solidez das contas públicas.

Por outro lado, a emenda também não merece acolhida em razão da sua flagrante inconstitucionalidade, por afronta ao disposto no inciso I do art. 78 da Constituição Estadual, que veda a aprovação de emenda que contenha aumento de despesas em projetos de iniciativa privativa do governador do Estado, entre os quais se encontra a presente proposição, em conformidade ao disposto no inciso II do art. 77 da Lei Maior do nosso Estado, a qual, por sua vez, encontra-se em consonância com o inciso I do art. 63 da Constituição Federal.

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo do Estado da Bahia.

É o parecer, s.m.j.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Targino Machado: - Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: - Por gentileza, caro deputado Marcelo Nilo, gostaria de solicitar a verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pela ordem, meu querido amigo deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: - Gostaria que V.Ex^a desse o tempo regulamentar para que, se não for possível ter o quórum agora, ele seja restabelecido. São 15 minutos no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Comissão são 15 minutos. Zerem o painel e marquem 15 minutos. Vinte e cinco minutos é a votação em plenário, nas comissões são 15 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum na Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, vamos fazer um exercício de raciocínio. A verificação de quórum é no âmbito das comissões. E o nome âmbito já é óbvio, não seria mais razoável que fizéssemos a chamada, a verificação de quórum em todas as...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas se não passa na de Justiça, deputado, não posso passar adiante, tem que ter em todas.

Próxima comissão. Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público: 5 deputados presentes.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: 05 deputados presentes.

Comissão de Constituição e Justiça. Como a Comissão de Constituição e Justiça só tem 02 deputados presentes, vamos aguardar os 15 minutos. Somos obrigados a aguardar os 15 minutos. (Pausa) Já tem quórum. Cinco deputados presentes.

Comissão de Defesa do Consumidor: 5 deputados presentes.

Já chamei todas as comissões. Portanto, há quórum nas comissões.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, contra o voto do deputado Targino Machado.

Há quórum nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o deputado Targino Machado, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Srs. das Galerias, Imprensa, senhores funcionários, tenho assistido nesta Casa muitas aberrações ao longo do tempo. Tenho visto aqui deputados e partidos políticos que reinventam a roda. Vi hoje o deputado Joseildo Ramos, num esforço vernacular, chamando para o PT, Partido dos Trabalhadores, a responsabilidade de ter inventado a democracia, deputado Carlos Geilson. E não foi na Grécia, foi aqui, no Brasil. Estou olhando para o deputado Joseildo Ramos para ver com qual dos gregos ele se parece: Clístenes, Sólon, Temístocles ou Péricles? V.Ex^a está muito mais para malabarista político do que para inventor da democracia. (Palmas.)

Estou há muito tempo nesta Casa, combati o bom combate nesta Casa, e aqui posso estar com a autoridade de quem chegou em 1995 e não se vendeu. Não mudei de lado, continuo na Oposição, onde sempre estive.

Um dia, o pai de V.Ex^a, deputado Fábio Souto, num encontro, perguntou-me em que ele e o governo poderiam ajudar-me. Eu disse: “Agradeço muito, excelência, mas não tenho a legitimidade para pedir nada, porque se dependesse de mim V.S^a não seria o governador da Bahia, e, sim, Jaques Wagner, em quem votei e perdeu a eleição. Então, não tenho legitimidade para pedir”.

Tenho raiva, tenho nojo de adesista. Adesista é aquela desgraça, aquela peste que se elege fazendo um discurso para ganhar a confiança do povo, batendo na porta do povo e prometendo o céu e as estrelas em uma bandeja de prata. Depois, passada a eleição, a primeira providência não é mudar o discurso: é mudar o número do telefone, porque tem nojo do povo, não quer saber do eleitor. (Palmas.)

Em seguida, esses deputados viram as costas para o povo, para os ideais e o ideário que defendeu ao longo de uma campanha política, e, às vezes, ao longo da vida. E mudam e vão para o governo.

Já dizia Ulysses Guimarães, que está insepulto, que no Parlamento chega tudo: ladrão, vagabundo, só não chega besta. E aqueles que aqui vêm, e que fazem o discurso apostando que não são bestas e que o povo é que é besta, apostam que quem está ouvindo, através da TV Assembleia ou aqui, de forma presencial, como os senhores, são bestas que estão acreditando no discurso.

Quem adere ao governo, adere porque lhe foi oferecida a teta para mamar. Ele estava com sede, estava com fome, correu e foi mamar na teta do governo. Mas não é a teta do governo. Essa teta é alimentada por nosso sangue, por nosso dinheiro.

E o culpado de tudo isso não são eles. Os culpados de tudo isso, caro eleitor que me assiste através da TV Assembleia, são vocês que elegem esses camaradas para serem vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais, senadores, governadores e presidentes da República. O culpado é o povo, porque ele precisa analisar a genética dessa desgraça, desses candidatos,...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. TARGINO MACHADO:- (...) precisa analisar o histórico, analisar a história. Você que vota sem observar a vida pregressa envia bandidos para o Parlamento e depois quer reclamar deles.

Costumo dizer, e repetirei, agora, para os senhores, porque eles já sabem, qual a diferença entre o ladrão comum e o político ladrão. O primeiro é aquele, às vezes, miserável que se esconde atrás de uma árvore ou fica na esquina, de plantão. Você passa e ele lhe escolhe para roubar, leva-lhe a aliança, a corrente de ouro, o celular e o dinheiro. Esse é o ladrão comum.

O político ladrão é aquele desgraçado que não lhe empurra, não lhe dá tombo, também não leva a sua jóia ou o seu celular: leva a saúde pública dos nossos filhos e netos; leva a educação, porque aposta que quanto menos educado for o povo melhor, porque continuará sendo eleito pelo povo que não aprendeu a votar; leva o dinheiro da segurança pública; leva a nossa dignidade; leva de você, aposentado, a sua aposentadoria. O político ladrão leva, enfim, a sua dignidade, o seu direito de sonhar com dias melhores.

Qual é a diferença entre o ladrão comum e o político ladrão? A diferença é simples: o ladrão comum escolhe você para roubar; e o político ladrão é você quem escolhe e manda para cá.

:- (As Galerias se manifestam.)

O Sr. TARGINO MACHADO:- (As Galerias se manifestam.)

Fique esperto, fique FIQUE esperto, fique esperto!

Meus parabéns a todos os senhores e senhoras que aqui estão com essa disposição formidável, às vezes experimentando a truculência do presidente, que não quer deixar os senhores se manifestarem. Ora, ora! Manifestem-se, porque o povo não tem o direito de se movimentar e manifestar apenas nas campanhas políticas. Esta Casa, antes de ser a Casa dos Deputados, é a Casa do Povo.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. TARGINO MACHADO:- Não estou aqui em busca de aplausos, como já disse em minha primeira fala, não estou querendo falar para a torcida, mas querendo conscientizar, como o beija-flor que quis apagar o incêndio; estou aqui como a andorinha querendo fazer verão sozinha para alertar a todos e a cada um. Se eu conseguir convencer à meia dúzia que me ouve, aqui ou em casa, de que precisamos fazer a pregação do voto depositado com responsabilidade já terei salvo meia dúzia de almas lá e meia dúzia de almas aqui. E é assim que iremos construir um Brasil melhor.

Amigos e amigas, tenho um profundo respeito por todos os deputados, mas, de forma especial, estou perplexo, assustado, deputado Leur Lomanto Junior, com a coragem dos deputados da Bancada do governo que me antecederam nesta tribuna. Sem nenhuma coceira, nenhum prurido, nenhuma vergonha do povo, eles vêm aqui na frente do povo, na frente dos servidores do Estado, que estão sendo e serão

prejudicados com a aprovação deste projeto infame, para defendê-lo. Não sei se por cara de pau ou porque apostam que daqui a três anos nenhum dos senhores se lembrará desta sessão de hoje.

Daqui a três anos esses parlamentares estarão com a mesma cara de tacho que mostram aqui, sem prurido ou vergonha, sem constrangimento nenhum, desfilando nas ruas com aquelas placas, aqueles cartazes que são colocados nas vias públicas. Vão estar lá sorrindo, com a cara de sorriso olhando para vocês na certeza de que muitos dos eleitores votaram neles. E esse sorriso será o do deboche. O sorriso do deboche com o povo e os eleitores.

Amigos, lamento e peço desculpas ao povo da Bahia que em mim votou por não saber que um deputado, para ser completo, precisa ser um generalista. Não precisa ser especialista em nada. Eu sou especialista enquanto médico. Mas, como político, não preciso ser especialista. Preciso ser generalista, de tudo saber um pouco. Felizmente, algumas coisas não sei. Não sei ter cara de pau. Desta cara aqui, quando esfrego a lâmina de barbear todos os dias pela manhã, sai cabelo, sai pelo. Não saem maravilhas. Quem vem a esta tribuna fazer a defesa daquele tipo de discurso é cara de pau. Deveria dar a cara para o povo bater. (Palmas!)

Que pena estou dos senhores! Que pena! É um oceano de gente. Um contingente enorme de gente que precisa estar aqui para defender os seus interesses, e vêm os senhores. Falo buscando força no coração e na alma em respeito e atenção aos senhores, mas primeiro a mim, à minha história. Queria ser generalista para saber cantar.

Deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a conhece. Com essa voz tem cara... Deputado Herzem Gusmão! Herzem Gusmão! É assim! A gente está falando! Preste atenção! A gente está falando! Preciso do socorro de alguém que tem uma voz impostada, que saiba impostar a voz, saiba cantar e seja afinado. Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a que tem essa voz bonita de radialista, que pena eu não saber cantar, não ter esse dote! Talvez, se eu soubesse cantar, tivesse nascido com outro defeito que não me permitisse estar aqui.

Então estou feliz por não saber cantar, mas também por saber ler e ter a coragem de ler isso para os senhores. Se tiver alguém que saiba cantar, socorra-me. Mas depois que eu terminar de fazer a leitura. Está bom? É uma música que começa assim: (Lê) *“Chora! Não vou ligar. Não vou ligar. Chegou a hora. Vais me pagar. Pode chorar. Pode chorar. Mas chora! Chora! Não vou ligar. Não vou ligar. Chegou a hora. Vais me pagar. Pode chorar. Pode chorar. É, o teu castigo brigou comigo sem ter porquê. Eu vou festejar. Vou festejar o teu sofrer, o teu penar. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”*

Mas chora, povo!

“Chora! Não vou ligar. Chegou a hora. Vais me pagar. Pode chorar. Pode chorar.”

Olha que música linda.

“Mas chora! Chora! Não vou ligar. Chegou a hora. Vais me pagar. Pode chorar. Pode chorar. É, o teu castigo brigou comigo sem ter porquê. Eu vou festejar. Vou festejar o teu sofrer, o teu penar.”

(As Galerias acompanham o Sr. Targino Machado.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor.

O Sr. TARGINO MACHADO:- “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Eu vou festejar. Vou festejar o teu sofrer, o teu penar. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, faço um apelo a V.Ex^a.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Fiquem espertos, no ano que vem esses camaradas vão passar nas suas portas. Depois que eles aprovarem a desgraça desse projeto, vão cantar assim: “Vou festejar, vou festejar o teu sofrer, o teu penar”.

Eleitor amigo, não podemos consertar essa desgraça desses políticos, mas podemos consertar a nós mesmo. Se eu localizar o erro...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, senhores, faço um apelo.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Vamos atender a um pedido do deputado Marcelo Nilo, até porque ele atendeu ao meu pedido. Ele veio aqui tirar Rosemberg Pinto da presidência. Se Rosemberg Pinto estivesse aí, vocês não poderiam ter cantado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, concluo no meu tempo dizendo: vamos ficar espertos.

Quero dar a vocês esses últimos segundos do meu tempo para cantarem comigo.

“Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

(As galerias cantam junto com o Sr. Targino Machado.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Senhores das Galerias.

(As Galerias se manifestam.)

Muito obrigado, Sr. Presidente. (palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor! Senhores, eu faço, mais uma vez, um apelo, quebrando, inclusive, a minha palavra de que não pediria mais. Por favor!

Fui comunicado pelo Líder da Minoria que todos os deputados...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, todos os nossos deputados estão retirando

o discurso. Pedimos que V.Ex^a coloque o projeto em votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Infelizmente, deputado, já encerrou.

O Sr. Sandro Régis:- Não pode! O deputado Rosemberg Pinto não estava inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí eu vou devolver a eles. Eles encerraram...

(As Galerias se manifestam.)

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu pedi antes!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de eu encerrar, ele falou. Eu tenho de ser justo. Aí V.Ex^a volta! Inscreva aqui.

O Sr. Sandro Régis:- Ele não está inscrito, Sr. Presidente!

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma! Vou conceder...

(As Galerias se manifestam)

O Sr. Targino Machado:- Aqui ele não fala!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Targino Machado, por favor!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu pedi antes, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a não se inscreveu.

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo.)

O Sr. Sandro Régis:- Ele não está inscrito, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma, deputado! Calma!

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Ele não estava inscrito. É muita cara de pau!

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma, deputado!

O Sr. Targino Machado:- Ele não vai falar aqui!

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de pedir o seguinte: Srs. Deputados, eu estou aqui, pedindo aos deputados da Oposição... Eu estou tendo muita paciência com as pessoas que estão nas Galerias Paulo Jackson, e não terei mais! Vocês estão passando dos limites. Eu nunca tive tanta paciência, e V.Ex^{as} são testemunhas disso! Realmente, estão ultrapassando todos os limites.

V.Ex^{as} sabem que sou uma pessoa justa. Quando o deputado diz: “Eu quero falar”, eu sempre atendo.

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sendo assim, eu também vou querer falar!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, V.Ex^a não tem o direito de se inscrever novamente!

Darei a palavra ao deputado Rosemberg Pinto, depois darei a V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- Não, presidente! Presidente, não! Ele não está inscrito!

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a há de convir. Ouçam, por favor!

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, eu tenho 14 deputados inscritos nessa relação! A relação oficial, Sr. Presidente, é essa aqui! V.Ex^a em nenhum momento citou que estava inscrito aqui o deputado Rosemberg Pinto! V.Ex^a não pode e não tem o direito de rasgar o Regimento Interno da Casa. Nós não aceitaremos que V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou deferir a questão de ordem de V.Ex^a. V.Ex^a tem razão. Ninguém se inscreveu aqui...

(As Galerias se manifestam.)

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo)

O Sr. Sandro Régis:- Ele não estava inscrito!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou deferir a questão de ordem de V.Ex^a. Vou colocar em votação.

Deputado, V.Ex^a vai me perdoar, mas veja bem... Vou fazer o seguinte, deputado Sandro Régis...

(Vários deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, se vocês não deixarem eu falar... Eu vou conceder a ele e a mais ninguém. Vinte minutos.

(Vários Srs. Deputados falam fora do microfone ao mesmo tempo.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, vamos organizar.

O Sr. Adolfo Viana:- A questão de ordem é para ajudar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Espere só um segundinho. A lista, por favor. Peguem a lista.

A inscrição foi até o deputado Sidelvan. Deputados Targino, Hildécio, Luciano, Soldado Prisco, Herzem Gusmão, Luciano Simões Filho, Adolfo Viana, Marcell Moraes, Pedro Tavares, Tom Araújo, Paulo Rangel, Carlos Geilson, Leur Lomanto...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, a partir do momento em que os deputados de Oposição retiraram as assinaturas, V.Ex^a tem que imediatamente iniciar o processo de votação.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, a partir do momento em que os deputados da Oposição retiram as assinaturas, está encerrada a discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem razão. Vou deferir a questão de ordem da Oposição. Pediu para tirar, encerrada a discussão. Tenho de ser justo.

Peço vênica ao deputado Rosemberg, por quem tenho o maior apreço, mas infelizmente não tenho condição.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a pode encaminhar.

(Vários deputados manifestam-se fora do microfone ao mesmo tempo.)

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente...

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho... Um de cada vez!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, queria pedir a V.Ex^a... O deputado Paulo Rangel, antes de mim, fez a inscrição naquela lista...

(Vários deputados manifestam-se fora do microfone ao mesmo tempo.)

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, tem de encaminhar o projeto!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quiser encaminhar encaminha.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Tenho direito à minha questão de ordem. Eu percebi que a manifestação dos deputados é no sentido de retirar as inscrições. Eu ia subindo para fazer assinatura, V.Ex^a pegou a lista e eu, antes de V.Ex^a ler, pedi para me inscrever, porque a lista não estava mais lá. Foi nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Rosemberg, V.Ex^a pode encaminhar.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Bira quer falar. Deputados, eu faço um apelo.

O Sr. Carlos Geilson:- Presidente, ele pode encaminhar, mas tem de seguir a ordem dos inscritos. Ou então o presidente pega esse livro de assinaturas e joga fora. Então, não vale nada. Eu fui inscrito, o deputado Rosemberg não se inscreveu...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esperem aí, só um segundinho. Quem vai falar é o deputado Bira. Por favor! Deputado Bira, questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, reconheço o direito da Oposição de retirar suas inscrições, agora, eu quero ter a confirmação de que V.Ex^a encerrou as inscrições. Se estiver nos autos que V.Ex^a encerrou as inscrições, acato colocar em votação, mas, se não foram encerradas as inscrições, elas estão abertas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrei. Olha, eu vou suspender a sessão por 2 minutos.

(Deputados falam ao mesmo tempo fora dos microfones.)

Vocês têm de ter educação, por favor. Quero fazer um apelo. Com relação à discussão, está encerrada. Eu disse: todos os deputados que se inscreveram, retiraram. Agora, quem quiser encaminhar vai encaminhar.

(A sessão está suspensa por 2 minutos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com relação à discussão, está encerrada. Eu disse que todos os deputados que se inscreveram pediram para retirar. Agora, encaminhar quem quiser encaminhar, vai encaminhar. Só um segundinho...

Deputados, eu vou fazer um apelo aqui. Sentem, por favor, eu faço um apelo, eu vou organizar, me ajudem. Com relação à discussão, eu disse que todos os deputados que se inscreveram pediram para retirar. Assunto encerrado, e peço vênica, certo? Eu tentei até dar a palavra ao deputado Rosemberg, mas o deputado Sandro Régis, corretamente, disse que o deputado não se inscreveu. Eu fui checar, e ele não se inscreveu. Pronto.

Com relação ao encaminhamento... Eu vou dar questão de ordem ao deputado Bira. Só a discussão está encerrada. Encaminhamento vai haver. O deputado Bira cede para o deputado Paulo Rangel?

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel. V.Ex^{as} são quem mais fazem o barulho.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu não me lembro de ter ocorrido nesta Casa o fato de os funcionários que ficam naquela mesa serem desmoralizados da forma como estão sendo, porque se V.Ex^a buscar o testemunho da mesa, V.Ex^a verá que eu me inscrevi a tempo e V.Ex^a... Estou na questão de ordem, deputado, eu tenho 5 minutos,

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as}, da Oposição, é que mais fazem barulho. Deixem ele falar. Já está decidido. Não vou voltar atrás, mas tenho obrigação de ouvi-lo.

O Sr. Paulo Rangel:- Se pedir o testemunho do diretor e da funcionária, V.Ex^a vai ver que eu me inscrevi, sentindo que isso poderia ocorrer. Não sou deputado novo nesta Casa, fui até a mesa e me inscrevi. Saí, vi a hora em que V.Ex^a disse que estava encerrada, mas eu me inscrevi antes. Se V.Ex^a vai proceder dessa forma, tudo bem, porque erros se cometem. V.Ex^a não está agindo de má-fé, agora, que a minha inscrição foi feita dentro do tempo, foi feita realmente.

Gostaria de que V.Ex^a acatasse a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vou voltar atrás, porque peguei a lista...

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Zé Raimundo:- Eu gostaria de que o Líder da Minoria ouvisse esses argumentos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não vou voltar atrás porque...

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu gostaria de que o Líder da Minoria ouvisse esses argumentos. É regimental, Sr. Presidente. Há uma lista de inscritos para debater o assunto e a Mesa tem que chamar um a um senão vira uma coisa esquisita. Eu apresento uma lista e ao ser chamado o deputado inscrito declina ou usa da palavra. Esse é o rigor regimental, Sr. Presidente. Hoje, então, por uma questão de tática da Oposição tentar em bloco, mas regimentalmente...

A lista é pública, Sr. Presidente. Por favor, consulte a Procuradoria. Esse é o procedimento correto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o Líder da Oposição falou por todos os deputados e me comunicou que todos tinham retirado.

Para encaminhar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, Marcelo Nilo, eu gostaria de que V.Ex^a respondesse a um questionamento. O espírito do Regimento é claro. V.Ex^a está dizendo que os deputados se inscreveram em conjunto e se afastaram em conjunto por solicitação do Líder.

Sr. Presidente, eu quero ter o direito de colocar a minha posição sobre o argumento regimental. A discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário.

Disposições Preliminares.

Art. 147 do Regimento: *“A discussão será feita sobre o conjunto da proposição, devendo o Deputado ater-se à matéria em debate, sob pena de perda do direito à palavra, após advertido pelo Presidente.”*

Por todo o tempo o Regimento fala na advertência do presidente, e é individual o que se tem. Eu só estou pedindo a V.Ex^a... Estamos vivendo um momento que pode abrir um precedente que acho muito estranho. Se aqui, no Regimento, está dizendo que o Presidente que se manifesta pela inscrição individual do deputado como é que de repente é outra coisa. V.Ex^a teria que consultar a lista para saber se nela haveria mais pessoas que não sejam da Oposição.

Eu tenho 5 minutos, e o que estou dizendo é que, todo esse tempo, a chamada é individual. Não existe chamada coletiva quando se tem uma inscrição individual. A inscrição foi feito pessoalmente, individualmente por cada deputado. V.Ex^a teria que consultar a lista, como sempre foi. V.Ex^a teria que encerrar e perguntar se havia algum inscrito, como sempre foi. A lista teria que ser lida até o final, até para controle, porque não é somente uma lista da Oposição, é dos deputados da Casa Legislativa.

Existe, agora, dúvida sobre o deputado Paulo Rangel. Existe a inscrição solicitada pelo deputado Rosemberg.

Aí, de repente a Oposição diz: “Encerre porque só tem gente minha!”

V.Ex^a teria que consultar um a um. Pelo menos, um a um teria que ser consultado, fazendo a chamada da lista. Porque não existe lista só da Oposição. O Regimento fala em solicitação individual e na advertência individual de V.Ex^a.

Eu gostaria de que V.Ex^a consultasse a Secretaria da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não vou consultar ninguém porque a tradição aqui... E V.Ex^a, aqui, já encaminhou para mim várias vezes e pediu para retirar vários deputados que estavam inscritos. O Líder fala pelos seus liderados. Eu li a lista e não havia qualquer deputado do governo. A lista era dos deputados da Oposição, e eu encerrei a discussão.

Com a palavra o deputado Rosemberg, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, respeitarei a decisão de V.Ex^a, mas pedi a minha inscrição antes de serem retiradas as assinaturas. Respeitarei, mas quero chamar os deputados para que façamos uma reflexão.

Precisamos equalizar o Orçamento do Estado e o reajuste dos servidores. Não votar esse projeto é atrasar ainda mais o reajuste dos servidores. Não podemos demorar para fazer algo que reflete no dia a dia dos servidores. Parece não ter importância para alguns deputados o reajuste salarial, mas para os servidores têm uma importância significativa do ponto de vista do interesse de sua sobrevivência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Rosemberg, um instante, por favor.

Proponho a prorrogação da sessão por mais 2 horas, para não precisarmos entrar na sessão extraordinária e começar tudo de novo.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Retorno a palavra para o deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Então, quero chamar alguns deputados a refletirem, inclusive alguns deputados da Base do governo que não estão presentes, pois podem estar no cafezinho ou em seus gabinetes, e virem para o Plenário para que possamos votar esse projeto.

Tenho a convicção de que a aprovação desse projeto não maculará qualquer deputado. Muito pelo contrário, o que estamos fazendo é a equalização do Orçamento do governo do Estado.

Quando relatei o projeto falei do esforço imenso do governo do Estado para garantir o reajuste que ao final do ano estará acima da inflação do ano passado, coisa que os outros estados, na mesma situação, não estão fazendo.

Por isso, quero dizer aos meus companheiros deputados e deputadas que votar esse projeto tem uma importância muito grande para que possamos equilibrar as contas do Estado e garantir ao servidor...

(Há um tumulto na Galeria.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Silêncio. Há um deputado na tribuna.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Estamos equilibrando as nossas contas, mas garantindo aos servidores aquilo que não consegui em 1989, quando estava no Polo Petroquímico de Camaçari. Tivemos que assinar um reajuste abaixo da inflação para garantir a manutenção de um ajuste fiscal que estava sendo feito, à época, pelo governo.

Hoje, estamos aqui e com muito orgulho posso dizer que isso não tira qualquer pedaço da minha história de dirigente sindical, porque o reajuste somado ultrapassa a inflação do período antecedente.

Por isso meus queridos deputados e deputadas, façamos um grande esforço para realizar essa votação hoje, porque não votar significará atrasar ainda mais a capacidade de repor as perdas salariais dos servidores do Estado da Bahia.

Não quero aqui fazer igual ao que o governo de São Paulo está fazendo, que os professores estão em greve faz mais de cem dias, que o reajuste é zero. Aqui quero fazer o debate sem a necessidade de o governador mandar aqui a polícia para vir bater nos servidores.

Aqui, ouvi as diversas manifestações de alguns que estão aqui que são funcionários, inclusive, desta Casa e que estão aqui vaiando os deputados. Mas não tenho nenhum problema, porque tenho convicção de que estou aqui na defesa dos interesses de uma maioria. E, aqui, quero dizer, dos 13 sindicatos, 11 sindicatos apoiaram essa proposta que o governador Rui Costa encaminhou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (...) Por isso, deputado Marcelo Nilo, aqui respeitando aquela sua decisão de não me deixar fazer o encaminhamento, não me deixar fazer a intervenção naquele período, mas pedir aos deputados e deputadas que votemos hoje, construamos essa maioria para garantir o reajuste ideal para os servidores da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar o deputado Alex Lima, pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para fazer um apelo a esta Casa para descontaminar o debate político acerca de um tema tão importante. Eu queria, inclusive, chamar a atenção dos deputados de Oposição, porque muitos deles ou a grande maioria deles é votada por prefeitos, que também enfrentam dificuldades econômicas e financeiras e que, brevemente, deputado Adolfo, também farão os seus reajustes nos seus municípios. E nós cobraremos da Bancada de Oposição a mesma firmeza com quem vem atuando com as finanças do Estado. Porque não vou admitir que V.Ex^{as} não venham acompanhando a situação financeira e que não saibam dos graves problemas

econômicos que assolam a nossa economia.

Então, vamos ter, deputado Adolfo, brevemente, prefeitos que também não vão conseguir dar o aumento que estamos dando. Existem prefeitos que apoiam V.Ex^{as} que também não conseguirão dar o aumento significativo que está sendo possível neste momento. E, aí, quero saber de V.Ex^{as} se farão o mesmo discurso firme, cobrando, com o risco de quebrar o Estado para atender a um capricho político. Nós precisamos ser mais responsáveis. Esta Casa tem uma responsabilidade muito maior do que esse debate pequeno. As eleições se encerraram em outubro, o governador se elegeu em 1º turno de forma democrática, vamos respeitar o resultado das urnas e vamos cumprir aqui com o nosso papel com responsabilidade.

A palavra na noite de hoje que precisamos levar e incorporar aos nossos posicionamentos políticos é a da responsabilidade. Não podemos colocar as finanças do Estado em risco da forma como está sendo. O governo deu o aumento que podia. Aliás, como disse o governador: o aumento que estava até além da realidade financeira do Estado.

Portanto, quero pedir e fazer o apelo, sobretudo aos deputados de Oposição, que façamos o debate com responsabilidade e que vamos, sim, aprovar o reajuste do servidor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, devido a este plenário estar muito conturbado hoje, as pessoas praticamente não escutam, eu quero pedir uma questão de ordem para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O deputado Paulo Rangel pediu mesmo uma questão de ordem para que, para continuidade da sessão?

O Sr. Paulo Rangel:- Sim. Peço que zere o painel e marque o tempo de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, V.Ex^a será atendido.

Zerem o painel e marquem o tempo de 15 minutos. O deputado Paulo Rangel pediu para derrubar a sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, no momento em que o Líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Paulo Rangel, um dos Líderes do partido vem com a proposta para derrubar a sessão, fico, deputado Paulo Rangel, com a certeza de que

nós vamos voltar a ter uma mesa de negociação com os servidores.

Se esse projeto não for votado hoje, deputado Zé Neto, teremos o tempo necessário para ouvir os servidores que aqui estão. V.Ex^{as} afirmaram (Palmas nas galerias) que havia um consenso do governo com os servidores. Aí estão os servidores para mostrar que não existe consenso algum. No momento em que vocês tomam essa decisão, vamos parabenizá-los e queremos marcar uma rodada de conversas com os servidores do Estado da Bahia, que estão ansiosos para terem a oportunidade de defender um reajuste digno para todos os trabalhadores desse estado.

Parabenizo vocês se a ideia for justamente sentar para ouvir os servidores e chegar a um acordo na noite de hoje. (Palmas, muitas palmas nas galerias.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, queria usar este tempo em que estamos com o painel aberto para que...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, já temos quórum de 21 parlamentares.

Volta o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rogério Andrade pelo tempo de 5 minutos. (Pausa) Por permuta, falará o deputado Luiz Augusto, pelo PP, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Srs. Deputados, servidores, senhores nas Galerias, o que vejo neste projeto de governo é que ou vamos votar o aumento ou não vamos votar o aumento. O que ouvi desse governo é que 90% dos sindicatos aceitam a negociação proposta pelo governo e apenas 10% não aceitam. Eu vou votar com a maioria dos sindicatos que aceita a negociação do governo. (As Galerias se manifestam.)

Esse governo fez a negociação. Se a maioria dos sindicatos aceitou, infelizmente eu vou votar com a maioria dos sindicatos. Se a maioria dos sindicatos estivesse aqui pedindo...

(O Sr. Deputado Leur Lomanto Júnior entrega ao orador uma relação com o nome dos sindicatos.)

Não é ele, apenas um deles. Se a maioria estivesse aqui pedindo, e não apenas os dois que não aceitaram, se fosse o contrário eu estaria aqui sentado com o Líder do governo tentando chegar a uma solução que fosse boa para todos e estaria correndo para fazer essa negociação. Mas da maneira como está, como a maioria aceitou... Essa lista não está assinada, então não sei. A própria Imprensa divulgou que dos 15, 13 tinham aceitado. Então, estou votando com a maioria de vocês. Infelizmente, ou felizmente, vocês têm que mudar o sindicato primeiro para depois vir para cá e a maioria mudar de opinião. Mas vou continuar votando com a maioria e a essa maioria diz que aceita o reajuste conforme negociação realizada com o governo.

Pelo lado econômico, vejo que, nesta situação, o governo já está quase no limite prudencial. E não adianta o Rui ter falado: “É melhor pagar a correção.” Vejam, dará um pouco mais do que inflação, porque muita gente sabe fazer conta de matemática. Ao final do ano, o índice de reajuste dará mais do que a correção. Claro, quem não souber fazer a conta, desço ali e faço a conta de matemática para aqueles que não fizeram e vou mostrar ser o resultado maior que a inflação.

Se aceitaram a correção da inflação, o governo está no limite prudencial. Se aumentar mais, terá de fazer ou demissões ou muitos cortes. O que tem de fazer é dar aquilo que pode. Não adianta o Rui inventar dar o aumento e, depois, não cumprir.

E eu estou com Rui. Ele deve dar o aumento daquilo que possa cumprir, dentro das possibilidades do Estado, para que o Estado possa cumprir com as suas obrigações, não só com o funcionalismo público, mas também com as obras do sertão, as obras que precisamos lá no sertão.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, senhores das Galerias.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Vejam, não adianta pegar o Estado e, apenas, aparelhar o Estado. O nosso propósito é o de que o nosso sertão tenha obras, tenha mais condições na área de saúde para investir em hospitais, porque tem de existir mais hospitais e mais universidades. E, para investir, tem de ter recursos. E, para isso, o governo tem de saber fazer a conta.

Por isso, eu vou votar com a maioria dos sindicatos.

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra, gostaria de dizer o seguinte: senhores das Galerias, por favor, acho que a educação é coisa de qualquer servidor e vocês são pessoas educadas. Faço um apelo. Vocês estão passando do limite! Por favor!

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rogério Andrade pelo tempo de 5 minutos. (Pausa.) Retirou? Ninguém da Oposição ou do governo vai falar? Retiraram?

(Todos os Srs. Deputados respondem sim.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Zé Neto:- Pedi quórum de votação!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Solicito a V.Ex^a dar o tempo regulamentar para haver a verificação do quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

A Mesa solicita que seja procedida a verificação de quórum de votação. Por favor, solicito zerar o painel.

O deputado Zé Neto pediu quórum de votação. Só isso. Já mandei marcar o tempo regulamentar de 25 minutos. (Pausa) Deputado Targino, o deputado Zé Neto pediu quórum de votação e o prazo é de 25 minutos. Só precisa marcar as presenças o presidente e o deputado Zé Neto.

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, o deputado Rosemberg Pinto está querendo fazer um acordo para não esperar os 25 minutos. Tudo bem que não tenha quórum de votação?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, atendendo a solicitação do deputado Rosemberg Pinto, a Oposição concorda que derrubem os 25 minutos e se encerre a sessão na condição de que se abra mais uma rodada de negociações, mais diálogo com a mesa de negociação dos servidores públicos estaduais para que, quando este projeto vier novamente, venha com o consenso de todos eles. Esta é a posição da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Rosemberg desistiu. Ele quer que marquem os 25 minutos.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a tem de marcar a presença.

O Sr. Paulo Rangel:- O Líder do governo não fez acordo, Sr. Presidente. Não existe acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, V.Ex^a faz acordo com o deputado Sandro? Deputado Zé Neto.

Só para vocês entenderem: encerrando este projeto, passo para o próximo. Exceto por acordo. Por acordo, tudo bem.

Fica para a votação amanhã, deputado Zé Neto?

(Pausa.)

O Sr. Adolfo Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, o deputado Zé Neto está informando que vai suspender a sessão, aliás, que a sua Bancada não vai dar quórum e não terá nenhum acordo hoje. É isso que ele está me comunicando. O deputado Sandro Régis está comunicando aqui que não há acordo. O deputado Zé Neto está suspendendo e, se houver quórum amanhã, vota-se. Não depende de oposição nem de governo. Eu só estou achando desnecessário nós aguardarmos 14 minutos já que nem Oposição nem governo dão quórum. Então não tem sentido...

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, o deputado Zé Neto precisa perceber que

nem os deputados da base do governo estão confortáveis para votar esse reajuste. Eles nem estão se fazendo presentes, porque estão envergonhados desse projeto que o governo encaminhou.

Deputado Zé Neto, vou fazer um apelo a V. Exa: retire esse projeto e vamos sentar com os líderes dos servidores. Nem a sua base está querendo votar, a sua base está envergonhada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Marque a presença, deputado Adolfo Viana.

Feito o acordo para suspender os 25 minutos?

O Sr. Zé Neto: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro, feito o acordo para não aguardar os 25 minutos? Está feito?

O Sr. Sandro Régis:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está feito. Vamos encerrar...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está feito o acordo. Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu acho que, se há uma coisa que temos de ter no Parlamento, tudo isso é do Parlamento, tudo isso é do processo democrático, apesar de eu ter achado uma atitude grosseira do deputado Carlos Geilson de tentar desligar o som, acho que isso não precisa, é desnecessário...

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- (...) O que mais aprendi nesta Casa é respeitar os pares. Não tem sentido, a gente não precisa disso, cada um está no seu canto, tem sua ideia...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele fez brincando pela amizade que V.Ex^a tem com ele.

O Sr. Zé Neto:- Ele é meu amigo...

O Sr. Carlos Geilson:- Eu vou querer me defender.

O Sr. Zé Neto:- (...) Isso é coisa do momento, ele vai refletir, tenho certeza. O deputado Adolfo falou uma coisa que preciso responder. Nós fizemos um processo muitíssimo transparente. V.Ex^a pode discordar dos valores, está no seu direito, pode discordar do percentual, está no seu direito, V.Ex^a é da Oposição, mas tenha a convicção de uma coisa, eu digo isso, tranquilo, está no nosso DNA. Fizemos um processo de negociação. Todas as entidades foram convocadas, as entidades participaram...

(As Galerias se manifestam.)

(...) Eu peço educação. Acho que é uma coisa que a gente tem de ter, queria apenas responder o que as pessoas me perguntaram. Fiquei calado até aqui e neste momento estou respondendo.

Nós fizemos um processo que eu digo transparente e democrático, em mais de

três meses todas as respostas oriundas das necessidades que tinham as entidades sobre cálculo, arrecadação, perspectivas, foram todas elas tiradas.

Hoje, ainda, agora no começo da manhã, tiramos as últimas dúvidas e acertamos com as representações da saúde o compromisso que tínhamos com relação à carreira. E ficamos com tudo combinado do ponto de vista do cumprimento dos acordos que foram celebrados.

Da mesma forma com a educação, que, inclusive, no mês de junho, vai ter um aumento de 8%, da mesma forma com a Polícia Civil e a Polícia Militar, com que abrimos todas as frentes de negociação.

Não há, Sr. Presidente, nenhuma dificuldade em receber as categorias dos trabalhadores. Estou respondendo apenas ao deputado Adolfo, é a discordância do processo democrático. A atitude que tivemos durante todo o tempo não foi de esconder números, de esconder dados, de não receber entidades, nem de deixar de lado o processo de discussão e de diálogo.

Esse tempo já passou. O tempo de hoje, o tempo da política da Bahia que nós inauguramos é o tempo do respeito aos trabalhadores.

(As Galerias se manifestam.)

Os trabalhadores podem ter certeza de que a política salarial que imprimimos, em que estamos investindo, é a política salarial que está ao nosso alcance. Se perguntarem se é a melhor política que nós queremos, é a que está ao nosso alcance, e é a melhor, porque é a que está ao nosso alcance.

Poderíamos ir mais distante se tivéssemos caixa. E outra: o que o deputado Rosemberg colocou agora há pouco deve ser refletido.

(As Galerias se manifestam.)

Eu peço, inclusive, à Oposição, e aí, deputado Adolfo, fico à disposição da Oposição para discutir 2 temas importantes, não para o governo, não são para o governo esses dois temas, são importantes para o Estado da Bahia. Um tema, limite prudencial, e o outro tema, previdência. São 2 temas muitíssimo importantes não apenas para o Estado, mas para o momento crítico que passam as contas públicas de estados, municípios e União.

Então, queria responder a V.Ex^a, que essa é a nossa...

(As Galerias se manifestam.)

(...) resposta, e que não houve falta de diálogo, não houve de atendimento às entidades. Então, não teria sentido agora, neste momento, abrir uma discussão que foi aberta todo o tempo. Nenhuma entidade foi tirada de tempo, excluída ou não foi chamada. Esse é um processo democrático e que estamos enfrentando com tranquilidade, com a cabeça e com a consciência tranquilas.

Hoje não dá para votar. O clima é um pouco, eu diria...

(As Galerias se manifestam.)

Esses distúrbios precisam ser resolvidos. Amanhã vamos sentar com

serenidade e fazer a votação da forma como ela tem de acontecer, com tranquilidade, é o que peço, e agradeço, à minha Bancada.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Targino Machado. Seja breve, por favor, se possível.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, vamos ouvir o deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu quero dizer, somente, que acompanhei a questão de ordem do ilustre deputado Zé Neto. Eu o respeito porque eu sei que ele não está aqui para defender os servidores. Ele tem lado, como eu. Só que o meu lado é a defesa intransigente da Bahia e dos baianos, o dele é a defesa intransigente, irascível do governo, que é o lado dele. Respeito isso. (Palmas.)

Agora, ele querer desviar o foco do principal, aqui, hoje, que é o reajuste dos funcionários, e dizer que quer trazer para a pauta a previdência... Ele está trazendo a preocupação de que nesses 8 anos de governo do PT eles quebraram a previdência dos funcionários. (Palmas) E eles vão querer fazer essa discussão e vão mostrar se fizeram na previdência a mesma coisa que fizeram na Petrobras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, sem passar mais questão de ordem, eu quero saber o seguinte: vou encerrar por acordo, vou encerrar a sessão... Um momento, só uma pergunta. Deputado Zé Neto, o acordo também é para encerrar a sessão?

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, olhe bem, V.Ex^a, neste momento, mais uma vez comete um lapso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qual foi?

O Sr. Paulo Rangel:- O Líder do governo retirou a questão de pedir regulamentação de tempo. Era para a sessão ter sido encerrada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas foi pedida questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a permitiu uma nova fala, inclusive, sem que o orador desse presença. Estou até usando dessa prerrogativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, V.Ex^a tem razão.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu acho que o ideal seria, realmente, deixar o tempo para que ele fizesse a discussão. Já tinha acabado quando V.Ex^a recebeu a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Targino, só um segundinho. Deputado Paulo, V.Ex^a tem razão, eu pedi ao deputado Adolfo Viana que marcasse presença e também ao deputado Targino, mas o deputado Zé Neto fez o acordo para suspender a sessão. Deputado, o acordo é para suspender a sessão? (Pausa.)

Declaro encerrada a sessão, inclusive a próxima que estava convocada também fica prejudicada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*